CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 451-76 INTERESSADO:

GIORGIA DI CATALDI ASSUNTO: Pedido de
equivalência de estudos RELATOR:
Conselheiro JOSÉ AUGUSTO DIAS

PARECER CEE N° 644/77, e CESG, Aprov. em 03/08/77

I - RELATÓRIO

1.- HISTÓRICO

Giorgia di Cataldi, filha de Ignázio di Cataldi e de Sebastiana Assennato di Cataldi, nascida em Pachimo, província de Siracusa, Itália, em 1° de junho de 1947, portadora da cédula de identidade para estrangeiro, R.G. n° 7.848.101, residente à Avenida Dr. Arnaldo, 1492, nesta Capital, solicita equivalência de estudos feitos em escola de país estrangeiro, para fins de exercício do magistério no ensino pré-escolar e de 1° grau.

Apresenta o seguinte histórico escolar:

1°)- ensino primário, de 5 anos, em Ispica, província Ragusa, Sicília, Itália;

2°)- escola profissional comercial, de 3 anos, também em Ispica;

3°)- habilitação técnica feminina, de 5 anos, no Instituto Técnico Feminino "Principessa Giovanna di Savaia", de Siracusa, Itália;

4°)- escola magistrale "Suore Orsoline", de 2 anos, em Siracusa, Itália.

2.- APRECIÇÃO:

Antes de examinarmos o presente pedido, encaminhamos consulta à douta Comissão de Legislação e Normas, nos seguintes termos:

"Existe, na legislação vigente, algum impedimento ou restrição ao exercício do magistério pré-escolar ou de 1° grau por parte de cidadão estrangeiro?"

Designado relator naquela Comissão, o eminente Conselheiro ALFREDO GOMES elaborou magistral parecer, em que examina a questão sob diversos ângulos e concluiu:

"1. Os estudos realizados no Exterior por GIÓRGIA DI CATALDI podem ser considerados equivalentes aos de conclusão dos estudos de 2° grau no Sistema Brasileiro de Ensino, para fins de prosseguimento de estudos, ouvido o CEE.

2. O pedido de revalidação do "Diploma di Abilitazione all'insegnamento nelle Scuole del Grado Preparatório", expedido pela "Scuola Magistrale Suore Orsoline di Siracusa", propiciando a GIÓRGIA DI CATALDI exercer a profissão de professora de escola maternal e pré-primária, deverá ser submetido à apreciação do Ministério da Educação e Cultura, por intermédio do Departamento de Ensino Médio, DEM-MEC, de acordo com o Parecer CFE nº 542/76
3. Para o exercício do magistério pré-escolar ou de 1º grau, no Brasil, em escola oficial, por cidadão estrangeiro, ressalvado o instituto da reciprocidade enquanto viger acordo pertinente, entre nosso País e a Itália, ao qual inexistente menção no Processo, há impedimento ou restrições constantes da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969 (Constituição da República Federativa do Brasil) dos Estatutos Federal e Estadual dos Funcionários Civis e da Legislação Trabalhista no que for aplicável, excetuada, todavia, a prestação de serviços regulada por contrato".

O Parecer CFE nº 542/76, mencionado na conclusão acima, contém, entre outras, as seguintes observações:

"Isto posto, a solução a ser dada ao seu caso será a já fixada pelos numerosos pareceres prolatados neste Conselho, entre eles os de nºs 1.037/73, 2.180/73, 978/74, 2.753/74, 2.754/74, 474/75, 988/74, 1.808/75 e 2.54-7/75. De acordo com a jurisprudência firmada através desses julgados, "o caminho indicado para casos como esse, em que não há elementos para se declarar de plano a equivalência, é o de praxe neste Conselho: o interessado dirige-se a um estabelecimento de 2º grau que oferece a habilitação correspondente à certificada no diploma estrangeiro, matricular-se se necessário e procura demonstrar a equivalência dos estudos já feitos aos exigidos pelo currículo do estabelecimento. Se houver necessidade, sujeitar-se-á à complementação de sua formação geral e/ou especializada. E afinal, cumpridas todas as exigências legais o regulamentares, receberá seu diploma expedido já pela escola brasileira".

Observe-se, porém, que a Resolução n° 43/75, de 18 de dezembro de 1975, baixada com apoio no Parecer n° 4.875/75 deste Conselho, há de influir na sistemática até agora adotada para a revalidação de diplomas estrangeiros correspondentes a estudos de 2° grau. Também aqui será necessário que se examine, no órgão competente do MEC - no caso o DEM - se a revalidação consultará ou não os interesses e as necessidades nacionais.

A rigor, a escola de 2° grau à qual venha a se dirigir a postulante é que deverá encaminhar o processo a esse órgão".

Ainda a respeito do assunto, é de citar-se o Parecer CFE- n° 2.180/73, que dispõe:

"Visto que ainda não foram baixadas as normas especiais, a que se refere o artigo 65 da Lei federal n° 5.692/71 e para evitar retardamentos, sugerimos que se proceda na forma dos Pareceres n°s. 371/71 e 341/73, que se aplicam perfeitamente ao caso em exame. Qualquer escola de 2° grau reconhecida em que se ministre a habilitação de magistério, poderá encarregar-se da revalidação".

Com base nos pronunciamentos citados, chegamos à seguinte

II - CONCLUSÃO

1. Giorgia Di Cataldi não poderá exercer o magistério pré-escolar ou de 1° grau (1ª a 4ª série.), em escola oficial, excetuada a prestação de serviços regulada por contrato.

2. O exercício do magistério dependerá de revalidação do diploma obtido na Itália.

3. A revalidação do diploma dependerá de:

- a) a interessada dirigir-se a um estabelecimento de ensino de 2° grau, para os fins previstos no Parecer CFE n° 542/76.
- b) pronunciamento favorável do MEC-DEM quanto ao interesse e necessidade da revalidação, conforme estabelece o mesmo parecer.

CESG, em 28 de junho de 1.977.

a) Cons° JOSÉ AUGUSTO DIAS - Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA. DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU, adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: ALFREDO GOMES, ARNALDO LAURINDO, JOSÉ AUGUSTO DIAS, OSWALDO FRÓES e ROSA TEDESCHI MANSO VIEIRA.

Sala da CESG, em 29 de junho de 1.977.

a) Conselheiro ARNALDO LAURINDO - Presidente em exercício

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

O Cons° ALPÍNOLO LOPES CASALI votou com restrições, nos termos de sua Declaração de Voto.

Sala "Carlos Pasquale", em 03 de agosto de 1.977.

a) Cons° MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES - Presidente

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE n° 451/76 Parecer CEE n° 644/77

DECLARAÇÃO DE VOTO DO CONS. ALPÍNOLO LOPES CASALI

1 - portadora de diploma obtido em escola de país estrangeiro requereu ao Conselho Estadual de Educação a declaração de equivalência dos estudos realizados, para fins de exercício do magistério no ensino pré-escolar e de 1° grau.

É bem de ver que o requerimento da interessada envolvia matéria sujeita ao disposto no artigo 65 da Lei n° 5.692, de 1971:

"Art. 65 - Para efeito de registro e exercício profissional, e Conselho Federal de Educação fixará as normas de revalidação dos diplomas e certificados das habilitações, correspondentes ao ensino de 2° grau, expedidos por instituições estrangeiras".

Sendo-lhe distribuído o protocolado, a Câmara do Ensino do Segundo Grau, por seu relator, solicitou a manifestação da Comissão de Legislação e Normas sobre a seguinte questão:

"Existe, na legislação vigente, algum impedimento ou restrição ao exercício do magistério pré-escolar ou de 1° grau por parte de cidadão estrangeiro?"

2 - Na Comissão de Legislação e Normas, foi designado relator da matéria o então Conselheiro Alfredo Gomes. Em erudito voto, o nobre Relator deu solução à questão proposta, pela Câmara do Ensino do Segundo Grau.

O voto poderia ater-se à matéria da questão suscitada. No entanto, no exercício de um direito reconhecido irrestritamente, o nobre Relator preferiu "estendê-lo até o artigo 65 da Lei n° 5.692, de 1971, ou seja, ao processo de revalidação de diplomas e certificados expedidos por escolas de país estrangeiro para o efeito de registro e exercício profissional. E, entre os vários Pareceres do Conselho Federal de Educação sobre a matéria, elegeu o sob n° 542/76, publicado em "Documenta", n° 183, página 357, para embasar e sua conclusão.

3 - Antes porém, a Comissão de Legislação e Normas havia examinado a mesma matéria expressa, todavia, através do Parecer n° 2.180/75, do Conselho Federal, publicada em "Documenta",

nº 156, página 343. E o fizera a propósito de Parecer da Câmara do Ensino do Segundo Grau. Fomos o relator da matéria e nosso voto foi adotado como parecer da Comissão:

4 - Os Pareceres nºs. 542/76 e 1.808/75, do Conselho Federal de Educação, são parcialmente divergentes.

Quando da discussão e votação do voto da lavra do nobre Conselheiro Alfredo Gomes, na Comissão de Legislação e Normas, propusemos a sua aprovação, a despeito da discrepância entre as deliberações do Colegiado Federal.

O Parecer, resultante deste voto, viria ao Plenário através da Câmara do Ensino do Segundo Grau. Enquanto o outro, oriundo do voto de nossa autoria, lhe seria encaminhado diretamente.

A apreciação conjunta dos dois Pareceres, presentes os nobres Conselheiros Paulo Nathanael e Ferreira Martins, membros também do Conselho Federal de Educação, ensejaria pelo menos, duas hipóteses.

Um dos pareceres da Comissão de Legislação e Normas seria aprovado. Ou, em face da discrepância entre as duas deliberações do Conselho Federal de Educação, a votação dos Pareceres da Comissão de Legislação e Normas seria sobreestada, a fim de que a matéria fosse levada ao conhecimento do Conselho Federal de Educação por meio de Indicação. E, este, através do processo, equivalente ao antigo recurso de revista, contemplado no direito processual civil, decidiria por uma das deliberações conflitantes ou até mesmo por uma terceira.

Se não é comum, raro também não é, ver-se os tribunais do País, inclusive o Supremo Tribunal Federal, inovar sua jurisprudência, em virtude do inconformismo e da criatividade de magistrados e advogados.

De acordo com o Parecer CFE nº 542/76, "o caminho indicado para casos como esse (objeto da deliberação), em que não há elementos para se declarar de plano a equivalência, é o de praxe neste Conselho: - o interessado dirige-se a um estabelecimento de 2º grau que oferece a habilitação correspondente à certificada no diploma estrangeiro, matricula-se se necessário e procura demonstrar a equivalência dos estudos feitos aos exigidos pelo currículo do estabelecimento. Se houver necessidade, sujeitar-se-á a complementação de sua formação geral e/ou especializada. E, afinal, cumpridas todas as exigências legais e regula-

mentares, receberá o seu diploma expedido já pela escola brasileira". Grifos nossos

Todavia, há mais.

Declara, por isso, o Parecer CFE n° 542/76: - "Observe-se, porém, que a Resolução n° 43/75, de 18 de dezembro de 1975, baixada com apoio no parecer n° 4.875/75, deste Conselho, há de influir na sistemática até agora adotada para a revalidação de diplomas estrangeiros correspondentes a estudos de 2° grau. Também aqui será necessário que se examine, no órgão competente do MEC - no caso o DEM - se a revalidação consultará ou não os interesses e as necessidades nacionais".

Prossiga-se, porém, na leitura do Parecer:

"A rigor, a escola de 2° grau à qual venha a se dirigir a postulante (a interessada no caso especial) é que deverá encaminhar o processo a esse órgão. Entretanto, nada impede que este Conselho Federal de Educação o faça desde logo, em atenção ao princípio da economia processual ("Documenta", n° 183/ 357)". Grifos nossos.

Sabe-se que a Resolução CFE n° 43/75 aplica-se à revalidação de diplomas expedidos por escolas de países estrangeiros.

5 - Transcreve-se, por inteiro, o voto do Relator do voto, afinal aprovado como Parecer n° 2.180, de Conselho Federal de Educação:

"O processo está muito bem instruído. A requerente, seguiu no Brasil toda a escolarização de 1° o 2° graus - na época primária, ginásial e colegial - transferindo-se em seguida para a Suíça. Ali, no instituto indicado, obteve o diploma de professora primária com mais dois anos de estudos. Assim, quanto à duração, não há dúvida de que foi alcançado e mesmo ultrapassado o mínimo de tempo exigido no Brasil. Em relação ao conteúdo, já que a interessada concluiu o colégio em estabelecimento reconhecido de São Paulo, certamente poderá ser-lhe diretamente creditada a "parte de educação geral", requerida para o nível do que se cogita. Resta, assim a "parte de formação especial" prescrita no Parecer n° 340/72, como destaque do Parecer n° 45/72. Visto que ainda não foram baixadas as normas especiais a que se refere o artigo 65 da Lei n° 5.692, o para evitar retardamentos, sugerimos que se procedo na forma dos Pareceres n°s. 371/71 e 341/73 ,

que se aplicam perfeitamente ao caso em exame. Qualquer escola de 2º grau reconhecida, em que se ministre a habilitação de magistério, poderá encarregar-se da revalidação" ("Documenta", nº 156/343).

5.1- Não se aplicou a requerente como está claro, disposição que subordina a revalidação à situação do mercado de trabalho correspondente à profissão de que trata o diploma expedido por escola de país estrangeiro.

5.2- Vejamos a matéria de que tratam os Pareceres CFE nºs. 371/71 e 341/73.

5.2.1- O primeiro, aprovado em 1º de junho de 1971, se encontra publicado em "Documenta" nº 127, página 426. Nele foi examinada consulta do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia a respeito da revalidação de diplomas e certificados estrangeiros de técnicos em nível médio. Era ainda vigente a Lei nº 4.024, de 1961. Como solução o Conselho Federal de Educação indicou a contida na Portaria Ministerial nº 137, de 1965, baixada a princípio apenas para diplomas e certificados especificamente de cursos do ensino industrial e, a partir do Parecer, se tornou extensiva aos demais cursos de ensino técnico.

Não constituía porém requisito para a revalidação a sujeição à demanda do mercado de trabalho.

5.2.2 - O segundo Parecer, aprovado em 12 de março de 1973, está publicado em "Documenta", nº 148, página 65. O Parecer examinou a solicitação do Rotary Clube de São José do Rio Preto sobre adaptação de alunos, procedentes de escolas dos Estados Unidos, devido a intercâmbio cultural.

O Parecer distingue os estudantes que regressarão ao país de origem e os que aqui pretendem permanecer.

No primeiro caso, caberá às escolas do país de origem do estudante, à vista da documentação escolar que apresentarem, compararem os currículos desenvolvidos no Brasil com os que lá são cumpridos e verificar a equivalência. Não cabe, porém, ao Conselho, observa o Parecer, nenhuma ingerência sobre tal exame.

SÓ para o segundo caso, de estudantes que após a realização do curso de 2º grau, pretendam permanecer no Brasil e aqui prosseguir estudos, cabe se pronuncie o Conselho. Mesmo assim, registra o parecer, competirá à escola que os receber, exa-

minar-lhe o histórico escolar e verificar o grau de equivalência de estudos que lhe poderá conceder. No caso, "deverá a escola adaptá-los conforme a doutrina que emana do Parecer n° 274/64 , que analisou os princípios e normas que regem a equivalência de cursos da antiga Lei n° 4.024/61 e no Parecer n° 72/69 que estabelece condições para revalidação de curso médio feito no exterior", prossegue o Parecer: - Obviamente, com a mudança de legislação, a referência aos artigos da Lei n° 4.024/61 deverá ser extrapolada aos da Lei n° 5.692/71. No entanto, os princípios exarados estão perfeitamente válidos e tão atualizados com a norma pedagógica como se tivessem sido elaborados hoje".

Não há nenhuma sujeição dos estudantes a diagnóstico do mercado de trabalho.

6 - O Parecer CFE n° 542/76, como de sua leitura se infere, é único em relação aos Pareceres citados, no que concerne à aplicação da Resolução CFE n° 43/73, ou norma anterior equivalente.

Aos interessados na leitura, citam-se suas fontes:

- 1 - Parecer n° 1.037/73 - "Documenta", n° 152/359;
- 2 - Parecer n° 0.978/74 - "Documenta", n° 161/247;
- 3 - Parecer n° 0.988/74 - "Documenta", n° 160/30;
- 4 - Parecer n° 2.753/74 - "Documenta", n° 166/56;
- 5 - Parecer n° 2.754/74 - "Documenta", n° 166/57;
- 6 - Parecer n° 0.474/75 - "Documenta", n° 171/33;
- 7 - Parecer n° 1.800/75 - "Documenta", n° 175/19;
- 8 - Parecer n° 2.547/75 - "Documenta", n° 176/361.

6.1- Seria conveniente - dissemos em Plenário - ouvirmos os nobres Conselheiros Paulo Nathanael e Ferreira Martins sobre a possível existência de outros pareceres dissidentes do Parecer CFE n° 542/76.

E há, conforme verificamos, Dois, pelo menos.

O primeiro é o Parecer CFE n° 3.292/76, publicado em "Documenta", n° 191, página 17.

O segundo, parecer CFE n° 1.035/77, está à página 38 do n° 197 de "Documenta".

Deste, merece destaque o seguinte tópico: - "Não tendo ainda sido baixadas normas gerais, os casos são estudados isoladamente, a fim de não acarretar prejuízos aos requerentes.

"E assim procedemos em relação ao pedido do sr..." Grifos nossos

A sua conclusão é esta:

"A vista do exposto, o Sr. poderá submeter-se a processo de revalidação dos estudos feitos na Itália para a obtenção do título de Técnico em Contabilidade, a nível de 2° grau prestando exames das matérias indicadas no Presente parecer. Estes exames poderão ser realizados em qualquer escola do sistema de ensino do Distrito Federal, onde reside, quer oficial ou particular, desde que mantenha a habilitação em Técnico em Contabilidade". Grifos nossos

De conformidade com o Parecer CFE n° 1.035/77, os interessados na revalidação de diplomas ou certificados estrangeiros, para efeito de registro e exercício profissional, devem dirigir-se ao Conselho Federal de Educação. E, a menos que delibere em contrário, cabe ao Colegiado examinar os estudos realizados em escola de país estrangeiro e determinar as disciplinas, cujos exames farão.

7 - Além das razões de ordem legal expendidas oral-mente durante a discussão e votação, os Pareceres n°s, 3.292/76 e 1.035/77 nos levam a rejeitar a alínea "b" da conclusão do Parecer da douta Câmara do Ensino do Segundo Grau.

São Paulo, 04 de agosto de 1977.

a) Conselheiro Alpíolo Lopes Casali

DECLARAÇÃO DE VOTO

1. GIORGIA DI CATALDI, nascida em Pachino, província de Siracusa, Itália, pretende "exercer a profissão de professora maternal, pró-primária e primária", no Brasil, requerendo, para o fim em vista, a equivalência de seus estudos feitos no país de origem (fls.3),

2. O requerimento dirigido à Secretaria da Educação foi apreciado pela sua Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo - COGSP -, que, após analisar seu histórico escolar, coroado pelo "Diploma de Habilitação pa-ra o Ensino nas Escolas de Grau Preparatório", de Siracusa (fls. 12,13) expedido pela "Scuola Magistrale Suore Orsoline", de Siracusa (fls.12), ou seja a Escola Normal "Suore Orsoline", chegou à seguinte conclusão:

"Em face do exposto, somos de parecer que os estudos realizados na Itália por Giorgia Di Cataldi são equivalentes aos cumpridos no Brasil a nível de 2º Grau de ensino. A requerente deve, contudo, submeter-se a exames especiais de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, História do Brasil, Geografia do Brasil, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil.

Quanto à revalidação de seu diploma, a situação ora em análise configura-se-nos como caso incomum, a pedir solução específica. É que, embora com 15 (quinze) anos de escolaridade, a interessada apresenta diploma obtido na Itália que a habilitou somente, e tão somente, para o Magistério da Pré-Escola. (Vide diploma "Habilitação ao ensino nas Escolas de Grau Preparatório).

Ora, no nosso sistema de ensino essa habilitação é conferida ao professorando que na 4ª série do Curso de Formação do Professores, a nível do 2º grau,

optou pelo Magistério retro-referido, que se constitui em coroamento de estudos, após 3 anos de habilitação para o Magistério da 1ª à 4ª série do 1º grau.

Como se depreende do exposto, a perspectiva pedagógico-educacional italiana, com vistas à formação de seu professorado é antagônica em relação à brasileira, porque esta coloca a formação para o magistério da Pré-Escola como ápice dos estudos pertinentes à sua formação profissional.

Infere-se do que ficou dito a necessidade já aventada de solução específica para o caso em tela (e para outros similares que ocorram), razão pela qual somos pelo encaminhamento deste protocolado ao Egrégio Conselho Estadual de Educação, para as medidas cabíveis" (fls. 20).

Todavia, após esse pronunciamento em que foi aventada "solução específica para o caso em tela (e para outros similares que ocorram)", o nobre Conselheiro José Augusto Dias, então no exercício da presidência da Câmara de Ensino de 2º Grau, solicitou manifestação da Comissão de Legislação e Normas sobre a seguinte questão:

"Existe, na legislação vigente, algum impedimento ou restrição ao exercício do magistério pré-escolar ou de 1º grau por parte de cidadão estrangeiro?"

Dicotimizou-se a situação da interessada:

a)- por um lado, a questão da equivalência dos estudos realizados, na Itália, e valor do diploma para fins do exercício do Magistério Primário, em sua fase pré-escolar das 1ª à 4ª série do 1º grau;

b) por outro, a condição de estrangeira.

3. A requerente fez:

curso primário de 5 anos, em Íspica, província de Ragusa, Sicília, Itália; curso comercial, com 3 séries, na Escola Profissional Comercial, Íspica;

curso de Habilitação Técnica Feminina, com 5 séries, no Instituto Técnico Estadual Feminino "Principessa Giovanna Di Savoia", Siracusa. setor Industrial; (Diploma expedido em 1968); curso, com 2 anos (o 1º, em 1969-1970, versando "matérias culturais"-, e o 2º, "Lição prática"=estágio, em 1970) na Escola Normal "Suore Orsoline", Siracusa (diploma outorgado em 31-07-1970).(fls. - segue 20).

Praticamente, 15 (quinze) anos de estudos, o que, de sobejo, pela escolarização e conteúdo curricular, garantem à interessada, a equivalência com os do Sistema Brasileiro de Ensino, em nível de 2° grau.

4. Consideradas a extensão, correspondência e validade dos cursos de Habilitação, têm-se, nos termos do Convênio Cultural entre o Brasil e a Itália (Decreto Legislativo n° 8, de 3 de junho de 1964, ratificado pelo Brasil, a 10 de novembro de 1964 e pela Itália, a 9 de outubro de 1964, trocadas as devidas ratificações, em Roma, a 27 de fevereiro de 1965, e promulgação pelo Decreto federal n° 56.608, de 23 de julho de 1965-D.O.U. de 27 de julho de 1965):

a) o "Diploma di Abilitazione Tecnica Feminina" corresponde "ao certificado de conclusão do Curso de 2° Grau do ordinamento escolar brasileiro" (fls. 17);

b) o Diploma di abilitazione all'insegnamento nelle Scuole del Grado Preparatorio destina-se a exercer a "profissão de professora de escola ma-ternal e pré-primária "(fls. 18).

5. Já salientou a Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo que há necessidade de "solução específica" no concernente à habilitação da interessada: "professora de escola maternal e pré-primária" (fls.11), ou seja "abilitazione ali'insegnamento nelle scuole del grado preparatório" (fls. 12-13).

Sobrelevam-se, também, as "matérias de exame" constantes do verso do Diploma do curso realizado na "Scuola Magistrale"(Escola Normal, Fls. 9,10,12) dispares em relação aos conteúdos curriculares correspondentes as habilitações para o Magistério na Pré-Escola e nas 1ª e 2ª ou 3ª e 4ª séries do 1º Grau.

Matérias de exame do curso, no Exterior, seguido pela interessada:

Língua e Literatura Italiana

Pedagogia

História e Educação cívica, Geografia

Matemática, Contabilidade e Ciências Naturais

Higiene e puericultura

Religião

Música o canto coral

Economia doméstica e Trabalhos femininos (doneschi)

Plástica e Desenho

Lição prática

Educação Física (Fls. 6 e v., 8 e v.)

Observe-se que o tradutor substituiu Educação Cívica por Educação Física, no item correspondente a História..... Geografia (Fls.6 in fine).

Quadros curriculares das 3ª e 4ª séries do Curso de Formação de Professores, em nível de 2º grau, na rede oficial de ensino, de acordo com os Pareceres C.F.E, ns. 48/72 349/72 referentes aos mínimos profissionalizantes do Curso de Formação de Professores, em nível de 2º grau, a Deliberação C.E.E. n° 20/74, homologada por Resolução SE de 5/11/74, que reestruturou o Curso de Formação de Professores, em nível de 2º, oferecendo, obrigatoriamente, habilitação para o magistério na pré-escola, ou na 1ª e 2ª séries ou na 3ª e 4ª séries do 1º grau, Deliberação C.E.E. n° 36/75, homologada por Resolução SE de 16-01-76, que estruturou a 4ª série com habilitação para o magistério na pré-escola; Parecer C.E.E. n° 90/76, publicado a 6-02-76, dispendo no seu item 4º que a Secretaria da Educação deve proceder à adaptação dos currículos às normas vigentes e cumprimento da carga horária referente à Educação Geral, pelos alunos que iniciaram o Curso Colegial, era 1974, nos termos da Resolução C.E.E. n° 36/68 e Ato n° 24, de 29-01-69, retificado a 1-2-69:

Quadro n° 1 - HABILITAÇÃO PARA O MAGISTÉRIO NA PRÉ - ESCOLA

Duração: 3.360 horas - 3ª e 4ª séries

EDUCAÇÃO GERAL:

Núcleo Comum (Res.CFE 8-71) Estudos

Sociais: O.S.P.B. (só 4ª série).

Art. 7º, Lei n° 5692/71: Educação Artística (3ª e 4ª séries), Educação Física (3ª e 4ª séries), Educação Moral e Cívica do pré-escolar (só 4ª série), Programas de Saúde do pré-escolar (só 4ª série).

EDUCAÇÃO ESPECIAL:

Mínimo Profissionalizante (Par. CFE 349/72, CFE 45/72; Del. CEE 20/74 e CEE 36/75):

Fundamentos da Educação:

Psicologia aplic. à Educação, Sociologia aplic. à Educação, História da Educação e Educ. Bras., Filosofia da Educação e Biol. aplic. à Educação (todas, só 3ª série)

Estrutura e Func. do 1º grau (só 3ª série)

Fundam. da Educação do pré-escolar (aspectos hist., filos., sociol., e legais) (só 4ª série).

Psic. do Desenvolv. do pré-escolar (só 4ª série)
Problemas de Aprendizagem (só 4ª série)
Nutrição e Higiene no Desenvol. do pré-escolar (só
4ª série)
Didática -(só 3ª série)
Didática da Educação do pré-escolar (só 4ª série)
Prática de Ensino (só 3ª série)
Prát. da Educ. do pré-escolar (só 4ª série).

Parte Diversificada (Del. CEE 18/72):

Técnicas de Avaliação do Rendimento (só 4ª série)

Estatística aplic. à Educação (só 3ª série) Parte

Diversificada (N.C. Instrum.Res. CEE 08/71, Par.CFE 45/ 72):

Língua Portuguesa e Lit. Infantil (3ª e 4ª séries)

Estágio Supervisionado (Par.CFE 45/72, Par.CFE 1680/74, Port.
CEBN nº 2-74, Delib. CEE 36/75): carga horária anual: 90h
(3ª série) e 180 h (4ª série). Quadro nº 2- HABILITAÇÃO PARA
O MAGISTÉRIO NA 1ª e 2ª ou 3ª

e 4ª SÉRIES DO 1º GRAU

Duração: 3.210 horas.

EDUCAÇÃO GERAL:

Núcleo Comum Res. CFE 8/71- Estudos Sociais:

O.S.P.B. (só 4ª série)

Art. 7º-Lei 5.692/71: Educação Artística (3ª e 4ª
séries)

Educação Física (3ª e 4ª séries)

Programas de Saúde (só 4ª série)

E.M.C., esta aparece na 4ª série do esquema nº

1. FORMAÇÃO ESPECIAL:

Mínimo Profissionalizante (Par. CFE 349/72; Par.CFE
Fundamentos da Educação: 45/72; Del.CEE
36/75):

Psic. aplic. à Educ, (3ª e 4ª séries);

Sociol. aplic. à Educ. (só 3ª série);

Hist. da Educ. e Educ. Brás. (só 3ª série);

Filosofia da Educação (só 3ª série)

Biol. aplic. Educ. (só 3ª série).

Estrutura e Funcion. do 1º Grau (só 3ª série);

Didática (3ª e 4ª séries)

Prática de Ensino (3ª e 4ª séries)

Parte Diversificada:

Del. CEE 18/72:

-Técnicas de Avaliação do Rendimento Escolar (4ª série)

Estatística aplic. a Educ. (3ª série) Técnicas Audiovisuais (4ª série) N.C. Instrum.(Res. SE 8/71,Par.CFE 45/72): Língua Portuguesa e Lit. Inf. (3ª e 4ª séries) Estágio Supervisionado (Par. CEE 45/72| Par. CFE 1680/74; Port. CEBN 2/74 e Del. CEE 36/75):

Carga horária anual 90h (3ª série)e 180h (4ª série).

Entre: os Quadros 1 e 2, existem as seguintes diferenças:

g) A disciplina Educação Moral e Cívica não consta do quadro 2, pois só aparece na 4ª série do esquema 1;

b) dos Fundamentos da Educação (Mínimo Profissionalizante), apenas Psicologia Aplicada à Educação, no quadro 2 é lecionada nas 3ª e 4ª séries;

c) o quadro 1, no Mínimo Profissionalizante, possui, como característica da Habilitação (Pré-Escolar):

Fundamentos da Educação do pré-escolar (aspectos históricos, filosóficos, sociológicos e legais) Psicologia do Desenvolvimento do pré-escolar, Nutrição e Higiene no Desenvolvimento do pré-escolar, Didática da Educação do pré-escolar e Prática da Educação do pré-escolar, todas incluídas na 4ª série;

d) Didática, no esquema 1, tem 3 horas-aula na 3ª série mais 3, na 4ª série, aplicáveis ao pré-escolar, enquanto no quadro 2, são 8 aulas, das quais 3, na 3ª série, e 5 na 4ª série, existindo, também, 3 horas-aula, na 4ª série do esquema 1 consagradas, à Prática de Ensino do pré-escolar, enquanto no esquema 2, registram-se 8 horas-aula, sendo 5 destinadas à 4ª série e 3 à 3ª série:

e) correspondem, em igualdade de carga horária,

Língua Portuguesa e Literatura Infantil, e a anual do Estágio Supervisionado.

6. Note-se que a estrutura preconizada para a 4ª série destinada ao magistério da pré-escola será aplicada, igualmente, à 4ª série que habilitará os portadores de diploma de Professor do Ensino de 1º grau (1ª à 4ª série)

ao magistério pré-escolar (Resolução n° 64-SE,D.O.E. do 12-2-76 combinada com o Resolução SE de 29-01-76), o que significa a abertura de oportunidades para os cãndidatos ao ensino pré-escolar.

A formação da interessada, com direito ao ensino maternal e pré-escolar, no país de origem, em face dos quadros curriculares do Sistema Estadual de Ensino, verifica-se a ausência de disciplinas básicas ou fundamentais, pois a formação especial limita-se a Pedagogia, Higiene e Puericultura, Lição prática (Metodologia? Prática de Ensino? Estágio?). As demais disciplinas constituem constelação periférica tangenciando alguns aspectos da Educação Geral ou mesmo da Formação Especial: História Educação Cívica, (esta, restrita à educação cívica italiana), Geografia, Matemática, Ciências Naturais, Religião, Música e Canto Coral, Economia Doméstica e Trabalhos Femininos, Plástica (Artes Plásticas?), Desenho e Educação Física. II - HABILITAÇÃO PARA O MAGISTÉRIO DE 1º GRAU

7. Recentemente, o Conselho Estadual de Educação aprovou a Deliberação CEE n° 21/76, publicada no "Diário Oficial" de 25 de janeiro de 1977, dispondo sobre a Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério não só atendendo à Legislação pertinente e ao que estabelece o Conselho Federal de Educação, assim como consolidando e complementando a orientação do Supremo Colegiado Paulista sobre a referida Habilitação, abrangendo até o limite superior de atuação a 4ª série do chamado Ensino Normal.

São pontos capitais:

a)- quatro anos de duração, com o mínimo de 2.900 horas, das quais, pelo menos 720 horas por série, além do estágio supervisionado (art. 2º);

b)- currículo pleno, organizado em séries anuais ou semestrais, na conformidade do regimento da escola, constando de educação geral e de educação especial, sendo que:

a educação geral será representada, no currículo pleno, pelas matérias que integram o núcleo comum estabelecido pelo C.F.E., acrescidas dos conteúdos do artigo 7º da Lei n° 5.692/71;

a educação especial, tendo no mínimo 1.500 horas de duração, das quais 1.200 horas destinadas aos mínimos profissionalizantes, abrangendo:

Fundamentos da Educação;

Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1° grau; Didática, incluindo Prática de Ensino; até três disciplinas escolhidas, para fins de composição da parte diversificada de formação especial do currículo pleno, dentre as seguintes: Princípios de Documentação, Técnicas de Estudo, Teoria da Comunicação, Noções de História da Filosofia, Relações Humanas e Relações Públicas na Escola, Teatro Infantil, Enfermagem do Lar e Socorros de Urgência, Puericultura, Literatura Infantil e Folclore (arts. 3° e § 1° a 7°, e 4°);

c) Prática de Ensino desenvolvida sob a forma de estágio supervisionado, compreendendo, três fases: observação, participação e execução (docência supervisionada (art. 59 e §§ 1° a 5°), notando-se que, além do limite fixado para a formação especial (1.500 horas de duração), exige-se, também, o mínimo de 240 horas de estágio supervisionado, distribuído em pelo menos quatro semestres letivos, intensificado nos semestres finais (art. 5° § 5°);

d) - Organização do currículo de forma a tornar decrescente, nas séries sucessivas, a participação da educação geral e crescente a da formação especial até que no final da 3ª série os estudantes já tenham recebido toda a parte de educação geral (art. 6°);

e) - organização do currículo, na 4ª série, de modo a permitir a opção pelo aluno por uma das seguintes áreas:

Ensino da 1ª e 2ª séries do 1° Grau;

Ensino da 3ª e 4ª séries do 1° Grau;

MAGISTÉRIO NA PRÉ-ESCOLA,

NÃO SE PERMITINDO AO ALUNO MATRICULAR-SE SIMULTANEAMENTE EM MAIS DE UMA DAS ÁREAS MENCIONADAS, nem mesmo obrigando-se a escola a incluir todas as áreas (art. 7° e §§ 1° e 2°);

- f)- obrigatoriedade das seguintes matérias no aprofundamento de estudos para o ensino das 1ª e 2ª séries do 1º Grau: Psicologia do Desenvolvimento da Criança, Técnicas de Alfabetização, Técnicas Corretivas das Deficiências de Linguagem, Conteúdo e Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa, Conteúdo e Metodologia do Ensino da Matemática e Prática de Ensino (estágio supervisionado) (art. 7º, § 3º);
- g)- obrigatoriedade das seguintes matérias no aprofundamento de estudos para o ensino das 3ª e 4ª séries do 1º Grau: Psicologia do Desenvolvimento da Criança, Conteúdo e Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa, Conteúdo e Metodologia do Ensino de Matemática, Conteúdo e Metodologia do Ensino de Ciências, Conteúdo e Metodologia do Ensino de Estudos Sociais, e Prática de Ensino (estágio supervisionado) (art. 7º, § 4º) ;
- h)- obrigatoriedade das seguintes matérias PARA O MAGISTÉRIO NA PRÉ-ESCOLA: FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR: aspectos histórico, legal, filosófico, NUTRIÇÃO E HIGIENE NO DESENVOLVIMENTO DO PRÉ-ESCOLAR, PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO DO PRÉ-ESCOLAR, PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM, DIDÁTICA DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, PRÁTICA DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, incluindo estágio supervisionado (art. 7º, § 5º);
- i)- permissividade de matrícula direta na 4ª série, no caso de existência de vagas, aos habilitados PARA O MAGISTÉRIO DAS QUATRO PRIMEIRAS SÉRIES, VEDADA A DISPENSA DE DISCIPLINAS (art. 83);
- j)- possibilidade de matrícula na 2ª ou 3ª série pelos portadores de CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO ENSINO DE 2º GRAU, regular ou supletivo, cabendo a decisão à escola, SEM DISPENSA DE DISCIPLINAS DA PARTE DE FORMAÇÃO ESPECIAL E COM FRANQUEADA DISPENSA, TOTAL OU PARCIAL, DE DISCIPLINAS DA PARTE DE EDUCAÇÃO GERAL, Já ESTUDADAS PELO ALUNO, confrontados os conteúdos dos programas, e levando a escola em conta o atendimento de carga horária correspondente às disciplinas profissionalizantes, INCLUSIVE DAS SÉRIES ANTERIORES e o do estágio integral (art. 9º e §§ 1º, 2º e 3º);

- l)- aceitação, no sistema paulista em outra Unidade da Federação, para o exercício do magistério das 4 primeiras séries do 1º Grau, de portadores de diploma referente à habilitação específica de 2º Grau para o magistério, obtido em curso de 3 anos, quer por haverem recebido autorização do CEE por intermédio das Deliberações n° 20/74 e n° 23/74 ou pareceres especiais, (art.10, caput);
- m)- preferência, no recrutamento de professores pa- ra a rede oficial, dada aos candidatos portadores de diplomas obtidas em curso de 4 anos, à vista do disposto no Parecer CFE n° 1305/72 (art.10, § 1º) e equivalência de diplomas de professor primário no regime anterior ao estabelecido na Deliberação CEE n° 36/68, quando se tratar de formados, em cursos de 4 anos em outras Unidades da Federação (art. 10, § 29);
- n)- referência, no Diploma, à Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério e ao direito de lecionar da 1ª à 4ª série, registrando no verso a área de estudos escolhido (Ensino das 1ª e 2ª séries; das 3ª e 4ª séries e Magistério na Pré-Escola), quer por anotação, quer por apostila no caso de o interessado já possuir diploma que o habilite para lecionar até a 4ª série do 1º Grau, obtido em curso anteriormente feito (art.11 e §§ 1º e 2º);
- o)- validade nacional do diploma mediante registro no órgão local do Ministério da Educação e Cultura (art. 11, § 3º);
- p)- título de "Professor" conferido ao portador de diploma da habilitação específica de 2º Grau para o Magistério (art.11, § 4º).
- q)- possibilidade de os alunos que estiverem, em 1977, matriculados na 3ª ou 2ª série, concluírem os estudos nos termos estabelecidos na Deliberação CEE n° 20/74 e de os alunos matriculados na 1ª e na 2ª série, também em 1977, terem os respectivos currículos adaptados de acordo com as novas diretrizes (Deliberação CEE n° 21/76, art. 12 e § único);
- r)- convalidação dos cursos concluídos até o fim de 1976 segundo o plano escolar aprovado pela Secretaria da Educação.

III- REVALIDAÇÃO

8. Já se acentuou que a interessada pela escolarização e conteúdo curricular pode obter equivalência dos estudos realizados no Exterior aos de conclusão do 2º Grau do Sistema Brasileiro de Ensino desde que se submeta a exames especiais de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Geografia do Brasil, História do Brasil, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, inexistindo, todavia, possibilidade de equivalência para fins de exercício da "profissão de professora maternal, pré-primária e primária", sem a perspectiva da revalidação do Diploma conferido pela Scuola Magistrale "Suore Orsoline", de Siracusa (fls.12) que a habilitou ao exercício da "profissão de professora de escola maternal e pré-primária" (fls.18), feitos exames especiais das disciplinas pedagógicas "constantes do currículo mínimo de habilitação para o Magistério e que o interessado não tenha estudado no curso que deseja revalidar", conforme Parecer CEE n° 152/76 - CSG, aprovado em 11/02/72, dirigindo-se a requerente à Secretaria da Educação, "que procederá de acordo com os Pareceres CFE n°s, 371/73 e 2.180/73" e mais a orientação dada no citado Parecer CEE n° 152/76 - CSG, isto tudo, atendendo quanto ao registro profissional, ao disposto no art. 65 da Lei n° 5692/71:

"Art. 65 - Para efeito de registro e exercício profissional, o Conselho Federal fixará as normas de revalidação dos diplomas e certificados das habilitações, correspondentes ao ensino de 2º Grau, expedidos por instituições estrangeiras". Ocorre, entretanto, que o artigo em tela não foi esmiuçado no concernente às normas previstas, donde o pronunciamento do nobre Conselheiro Valnir Chagas no bojo do Parecer n° 2180/73: "Visto que ainda não foram baixadas as normas especiais, a que se refere o artigo 65 da Lei n° 5692/71 e para evitar retardamentos, sugerimos que se proceda na forma dos Pareceres n°s, 371/71 e 341/73, que se aplicam perfeitamente ao caso em exame. Qualquer escola de 2º Grau reconhecida, em que se ministre o habilitação de magistério, poderá encarregar-se da revalidação."

Ao versar a matéria em pedido de revalidação do diploma de professor primário obtido no Exterior (Processa CEE n° 3742/75) no Parecer CEE n° 152/76 CSG, aprovado em 11-2-76,

o nobre Cons. José Augusto Dias salientou que o assunto "é em princípio, da alçada federal", todavia, em face do pronuncia-mento do eminente Cons. Valnir Chagas, reproduzido acima em seu fundamento básico, coube ao Conselho Estadual de Educação determinar "que a revalidação fosse feita por escola da rede oficial."

"Antes de mais nada, frisou o ilustre membro do Colegiado Paulista, cumpre notar que o Parecer CFE n° 371/71 estabeleceu os seguintes pontos para a revalidação de diplomas de "técnicos de nível médio", com base na Portaria Ministerial 137, de 24/05/1965:

2.1. Entidades competentes para processar a revalidação: as escolas industriais da rede federal e as congêneres oficiais dos sistemas de ensino dos Estados.

2.2. Disposições principais para disciplinar a revalidação:

2.2.1. no caso de países que mantiverem convênio cultural com o Brasil, os termos e exigências serão os do convênio (art. 103 da LDB);

2.2.2. os atos necessários para efetuar a revalidação são da responsabilidade da Direção da escola, incluído a designação de comissão de professores para o estudo do caso;

2.2.3. a comissão deverá ser constituída de professores do curso relacionado com o certificado ou diploma em causa;

2.2.4. a direção da escola poderá solicitar a colaboração de outras escolas que mantiverem cursos mais proximamente vinculados à especialidade do diploma ou certificado;

2.2.5. no processamento da revalidação a comissão de professores levará em conta os anos de escolaridade, o currículo, a nomenclatura das disciplinas e os programas. Neste campo, procura a escola orientar-se pelas normas de equivalência de cursos estruturados por este Conselho no Par. 274/64, no que couber (c.31,69 ss);

2.2.5. "Toda vez que os documentos apresentados forem insuficientes ou apresentarem dificuldades do comparação com os equivalentes nacionais, poderá, a critério da Comissão o como suplemento a seu estudo ser realizado exame para aferir o nível de conhecimento" (Port. 137); (grifo do Relator);

2.2.7. a documentação será arquivada na Escola, que apostilará o diploma e fará comunicação à repartição competente".

Esclarecendo o procedimento, acrescentou o mesmo nobre Cons. José Augusto Dias"... relativamente à revalidação de diplomas correspondentes à habilitação para o Magistério da 1ª à 4ª série do 1º Grau:

1) O interessado precisa comprovar ter alcançado escolaridade correspondente à conclusão do ensino de 2º grau de nosso sistema.

2) Serão exigidos exames especiais de disciplinas pedagógicas constantes do currículo mínimo de habilitação para o Magistério e as quais o interessado não tenha estudado no curso que deseja revalidar.

3) Além disto, serão exigidos exames especiais de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, História do Brasil, Geografia do Brasil, Educação Moral

e Cívica e Organização Social e Política do Brasil." Caso análogo, porém com aspectos diversificados em face de novo elemento introduzido na orientação anteriormente seguida, sobretudo quanto ao atendimento ou não dos "interesses e necessidades nacionais" pelo relacionamento com o mercado de trabalho ou da natureza de exercício da atividade profissional postulada, mereceu manifestação do Conselheiro Estadual que se reportou à eminente Conselheira Esther de Figueiredo Ferraz ao relatar o Parecer CFE n° 542/76 pertinente à revalidação de diploma de professor pré-primário, obtido na Geórgia, U.R.S.S.:

"O diploma de fls. 3 corresponderia, assim, ao ex-pedido por uma de nossas escolas de 2º grau que oferecesse habilitação específica para o exercício do magistério de 1º grau, objeto do Parecer n° 349/72, relatado pela Conselheira Maria Terezinha Saraiva.

Esse parecer, ao se manifestar sobre a organização dos currículos, diz textualmente que, quando os estudos correspondentes a essa habilitação tiverem duração correspondente a 4 (quatro) anos letivos, deverá a escola oferecer ao aluno a oportunidade para, além de habilitação genérica para o magistério, optar, entre outras áreas, pelas de Maternal e Jardim do Infância. É essa, ao nosso ver, a situação a qual se pode equiparar a da postulante.

Isto posto, a solução a ser dada ao seu caso será a já fixada pelos numerosos pareceres prolatados neste Conselho, entre eles os de n°s 1.037/73, 2.100/73, 978/74, 988/74, 2.753/74, 2.754/74, 474/75, 1.808/75 e 2.547/75. De acordo com a jurisprudência firmada através desses julgados, "o caminho indicado para ca-sos como esse, em que não há elementos para se declarar de plano a equivalência, é o de praxe neste Conselho: o interessado dirige-se a um estabelecimento de 2° grau que oferece a habilitação correspondente à certificada no diploma estrangeiro, matricula-se se necessário e procura demonstrar a equivalência dos estudos já feitos aos exigidos pelo currículo do estabelecimento. Se houver necessidade, sujeitar-se-á à complementação de sua formação geral e/ou especializada. E, afinal, cumpridas todas as exigências legais e regulamentares receberá seu diploma expedido já pela escola brasileira".

Continua a Eminente Relatora, Conselheira Esther de Figueiredo Ferraz:

"Observe-se, porém, que a resolução n° 43/75, de 18 de dezembro de 1.975, baixada com apoio no Parecer 4.875/75 deste Conselho, há de influir na sistemática até agora adotada para revalidação de diplomas estrangeiros correspondentes a estudos de 2° grau. Também aqui será necessário que se examine, no órgão competente do MEC - no caso o DEM - se a revalidação consultará ou não os interesses e as necessidades nacionais.

A rigor, a escola de 2° grau à qual venha a se dirigir a postulante é que deverá encaminhar o processo a esse órgão" (sublinha do Relator).

9. São as seguintes as normas fixadas pela Resolução C.F.E, n° 43/75 (D.O.U. de 26/01/1976) para revalidação dos diplomas e certificados de cursos de Graduados expedidos por estabelecimento de ensino superior:

a)- a revalidação visa a tornar diplomas e certificados expedidos por estabelecimento de ensino superior estrangeiro equivalentes aos conferidos por instituição brasileira de ensino superior e, quando for o caso, de serem apuradas as condições de capacidade profissional de seus portadores (destaque do Relator, art. 1° caput);

- b)- revalidação obrigatória quando se trata de diploma que deva ser registrado no órgão competente ou que habilite ao exercício profissional no País (parágrafo único do art. 1º, idem);
- c)- suscetibilidade de revalidação de diplomas o certificados que encontrem correspondentes entre os títulos conferidos por instituições brasileiras de ensino superior entendida essa correspondência em sentido amplo, para abranger os títulos relativos a estudos realizados não apenas em áreas idênticas, mas também nas que sejam congêneres, similares ou afins (art. 2º, idem);
- d)- obrigatoriedade do registro, embora possa ser dispensada o revalidação em caso de convênio entre o Brasil e o país onde foram expedidos diplomas e certificados (art. 3º);
- e)- requerimento solicitando a revalidação, devidamente instruído com o diploma do curso ou certificado, prova de duração do curso e do currículo cumprido, além de outros elementos, tidos como indispensáveis, excetuados os casos de refugiados de guerra aos quais se permite demonstrar a existência de diplomas ou certificados, utilizando-se dos vários meios de prova em direito permitidos (art. 5º e seu § 1º);
- f)- prova de que o curso mencionado no diploma ou certificado foi realizado, no mínimo, após a conclusão do curso de nível médio (§ 2º do art. 5º), embora a exigência não se estenda à revalidação do curso médio, em se tratando, obviamente, da revalidação de curso superior (§ 3º do art. 5º);
- g)- exigência de autenticação, em consulado brasileiro , do diploma ou certificado, assim como da demais documentação expedida pelo estabelecimento do país de origem (art. 6º) e respectiva tradução oficial, quando redigido em língua estrangeira (parágrafo único do art. 6º);
- h)- exame da idoneidade de título e documentação e re-curso em caso de indeferimento (art. 8º e seu parágrafo único);
- i)-sujeição a exame e provas,destinados, em caso de dúvida, a comprovar a equivalência dos títulos estrangeiros (art. 10, caput), e realização de estudos complementares se não preenchidas as condições exigidas para revalidação (§ 2º do art. 10), utilizam-

do-se a Língua Portuguesa (§ 1° do art, 10), exigindo-se, em qualquer caso, cumprimento dos mínimos prescritos para os cursos brasileiros correspondentes (§ 3° do art, 10) e de estágios práticos demonstrativos, de acordo com a natureza do título (§ 4° do art. 10);

j)- custeio, pelo interessado, das despesas ocasionadas pelo processo de revalidação (art. 12);

l)- apostila do diploma ou certificado, pela autoridade competente, seguindo-se o registro no devido órgão do Ministério da Educação e Cultura (art. 13).

Realmente, estas disposições estabelecidas para a revalidação, no âmbito do ensino superior, influirão em nova sistemática que alcançará qualquer registro de diploma ou certificado de curso realizado no estrangeiro, cujo portador pretenda revalidá-lo em nosso País, mas, também, "por economia processual", deve, desde logo, a interessada portadora de diploma de curso de nível médio (2° grau) para o exercício de Magistério Pré-Primário ou Pré-escolar ou Maternal e Primário ou de 1° Grau de 1ª à 4ª série, procurar estabelecimento a fim de alcançar a solução almejada, submetendo, ainda, sua pretensão ao prévio pronunciamento do Departamento de Ensino Médio do Ministério da Educação e Cultura para dizer se a revalidação consultará ou não os "interesses e as necessidades nacionais".

IV - CONSULTA

10. Há, porém, indagação da douta Câmara do Ensino de 2° Grau, solicitando pronunciamento da Comissão de Legislação e Normas sobre a seguinte questão:

"Existe, na legislação vigente, algum impedimento ou restrição ao exercício do magistério pré-escolar ou de 1° Grau por parte de cidadão estrangeiro?"

V- ACORDO CULTURAL

O Acordo Cultural entre o Governo da República dos

Estados Unidos do Brasil (hoje República Federativa do Brasil) e o Governo da República Italiana, firmado no Rio de Janeiro, a 6 de setembro de 1.958, aprovado pelo Decreto Legislativo n° 8, de 3 de junho de 1964, ratificado pelo Brasil o 10 de novembro de 1964 e pelo Itália, a 9 de outubro de 1964, com as ratificações trocadas em Roma, o 27 de fevereiro de 1965; promulgado pelo Decreto n° 56.608, de 23 de julho de 1965 e republicado no Diário Oficial da União de 27 de julho de 1965, diz em seu

"ARTIGO VII As Partes Contratantes examinarão, de comum acordo e no espírito dos respectivas legislações, a possibilidade de adoção de normas, meios e critérios susceptíveis de facilitar e simplificar o reconhecimento recíproco dos títulos de estudos intermediários e finais, com o objetivo de estabelecer a sua equivalência, seja para fins acadêmicos, seja para fins de exercício profissional". Embora todos os acordos sejam concluídos sem limite de tempo, há sobre eles a espada de Dâmocles da permanência em vigor "até que sejam denunciados por uma das Partes Contratantes", existindo, na realidade, vigência precariamente contingencial, cujos efeitos, em regra, se projetam até seis meses depois da notificação da denúncia. Disse, pois bem, o autoridade consular da Itália em São Paulo que o "Diploma di Abilitazione all' insegnamento nelle Scuole del Grado Preparatório", expedido pela "Scuola Magistrale Suere Orsoline di Siracusa", habilita na Itália a exercer a profissão de professora maternal e pré-primária".

VI - DIREITOS E GARANTIAS

12. Em todas as Nações, como no Brasil, os textos constitucionais resguardam os direitos e as garantias dos cidadãos, isto é, daqueles que residem no território nacional, abrangendo os qualificados "brasileiros" e os próprios estrangeiros, mas distinguindo, pela maior extensão de direitos, sobretudo pelo exercício dos direitos políticos, os "brasileiros". É que a Lei Maior parte do princípio da cidadania quer natural - a decorrente do nascimento -, quer legal- a do ânimo da residência fixada no território nacional consagrado por uma declaração legal, a naturalização. São todos cidadãos brasileiros, mas uns -os nacionais-, e outros,- os naturalizados, enquanto os apenas estrangeiros continuarão simplesmente estrangeiros, desabriga-

dos, portanto, das vantagens específicas da Nacionalidade (Constituição - Emenda Constitucional n° 1, de 17 de outubro de 1969 - Título II- da Declaração de Direitos, Capítulos I- da Nacionalidade, arts. 145 e 146 e respectivos números; II - Dos Direitos Políticos, arts. 14-7-151, §§, alíneas e números; IV- Dos Direitos e Garantias Individuais, arts. 153 e 154, §§ e alíneas),

Ainda que se afirme que todos "são iguais perante a Lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas " (§ 1° do art. 153, Const. Federal, Emenda n° 1/1969), há relatividade na assertiva, pois a limitação está no contexto da própria lei, daí garantir-se o "livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, OBSERVADAS AS CONDIÇÕES DE CAPACIDADE QUE A LEI ESTABELECEER " (§ 23, idem).

VII - PRERROGATIVAS

13. Das restrições que atingem os cidadãos brasileiros naturalizados citem-se, a título de exemplificação, as constantes do parágrafo único do artigo 145 da Emenda Constitucional n° 1, de 17 de outubro de 1969:

"SÃO PRIVATIVOS DE BRASILEIRO NATO os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Ministro de Estado, Ministro do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal Militar, do Tribunal Superior Eleitoral, do Tribunal Superior do Trabalho, do Tribunal Federal de Recursos, do Tribunal de Contas da União, Procurador-Geral da República, Senador, Deputado Federal, Governador do Distrito Federal, Governador e Vice-Governador de Estado e de Território e seus substitutos, os de Embaixador e os das carreiras de Diplomatas, de Oficial da Marinha, do Exército e da Aeronáutica".

Note-se que as regalias integrais da cidadania só cabem aos detentores da cidadania natural, aqueles que possuem o maior de todos os vínculos com a Pátria porque nela e com ela nasceram e a ela permanecem umbilicalmente ligados, porque nenhuma lei civil ou política pode romper, dissolver ou destruir, constituindo, pois, o mais amplo princípio e relacionamento de ordem natural, a indissolúvel situação Jurídica de nacionalidade.

14. As vantagens e encargos pertencem aos que podem responder pela Pátria e por ela são imediatamente responsáveis: dirigem-na, preservam-na em suas origens, em sua integridade, em sua alma e em seu corpo. Preservam-na e a defendem. Espelham-na e nela se espelham. Participam de sua pura substância. Já o estrangeiro não lhe pertencem como a etimologia acentua: é extraneus, de extra, isto é, de fora. Embora resida no País, não lhe são extensivos todos os direitos ou todas as regalias, ainda que lhe assista a igualdade no concernente à liberdade, segurança individual e à propriedade. Não possui, "erbi gratia" plenitude de direitos políticos nem acesso a certas funções públicas ou comerciais, sendo-lhe vedado, dentre as restrições, ser leiloeiro, corretor, proprietário ou armador de navios nacionais. Os romanos iam bem mais longe, tendo-o por inimigo: peregrinus antea dictus hostis.

15. E na legislação trabalhista não somente existem disposições restritivas na Consolidação, como outras proibitivas, como, por exemplo:

- 1 - exercício profissional, exclusivamente por brasileiros natos em função a bordo de aeronave nato ou naturalizado que haja prestado serviço militar no Brasil (Decreto-Lei n° 9.867, de 13-09-1946, art. 1°, modificando a redação do art. 147 do Código Brasileiro do Ar, instituído pelo Decreto-Lei n°. 438, de 08.06.1938);
- 2 - entre as profissões reservadas exclusivamente a brasileiros pela C.L.T.: comandante ou tripulantes de navios ou embarcações nacionais, inclusive navegação fluvial e lacustre e praticagem, aparecendo uma nova figura a de trabalhadores brasileiros ou equiparados em serviços de estiva e de docas (art. 1° do Decreto-Lei n° 9.462, de 15.07.1946);
- 3 - exercício da profissão de aeronauta "somente por brasileiro" (art. 1° do Decreto n° 50.660, de 29.05.1961);
- 4 - exercício de profissão liberal de Assistente Social por diplomado por escola estrangeira, cujo documento haja sido revalidado de conformidade com a legislação em vigor (art. 42, II, do Decreto n°. 994, de 15.05.1962); de Geólogo (Lei n° 4.076, de 23.06.1962, art. 1° letra "b"); de Bibliotecário (Lei n°. 4.084, de 30.06.1962, art. 2°, letra "b");

5 - proporcionalidade de brasileiros na admissão de empregados de empresas que explorem serviços públicos em concessão ou que exerçam atividades industriais ou comerciais (art. 352, do Decreto-Lei n°. 5.452, de 01-1943), equiparando-se aos brasileiros e ressalvadas as profissões reservadas aos brasileiros natos- ou aos brasileiros em geral, os estrangeiros que, residindo no País há mais de dez anos, tenham cônjuge ou filhos brasileiros (Art. -354, caput, idem), etc.etc.etc.

16. Aliás, sob a formalidade de contrato, qualquer pessoa, atendidos os requisitos de capacidade legal ou profissional, poderá exercer atividade, mesmo na área dos serviços públicos.

VIII - CARGOS PÚBLICOS

17. Para o preenchimento de cargos públicos, estes são acessíveis a todos os brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei (art. 97, caput, da Emenda Constitucional n° 1/1969, mas exigida prova do exercício de direitos políticos (quitação eleitoral) ou prestação de serviço militar (quitação militar), só aos brasileiros natos ou naturalizados (conforme o caso) fica reservado o acesso.

IX - RESTRICÇÕES

18. Não há de se entender de modo absoluto o texto da Lei n° 6.192, de 19 de dezembro de 1974, ao dispor sobre restrições a brasileiros naturalizados, colocando-os em planos de total igualdade com os brasileiros natos, porque acima dessa lei esta a Constituição Federal (Emenda n° 1/1969) com as restrições consagradas no parágrafo único do artigo 145: "Lei n° 6.192, de 19 de dezembro de 1974: Dispõe sobre restrições a brasileiros naturalizados, e da outras providências.

O Presidente da Republica.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° - É vedada qualquer distinção entre brasileiros natos e naturalizados. Art. 2° - A condição de "brasileiro nato", exigida em leis ou decretos, para qualquer fim, fica modificada para a de "brasilleiro".

Art. 3° - Não serão admitidos a registro os atos de constituição de sociedade comercial ou civil que contiverem restrição a brasileiros naturalizado.

Art. 4° - Nos documentos públicos, a indicação da nacionalidade brasileira alcançada mediante naturalização far-se-á sem referência a esta circunstancia.

Art. 5° - A violação do disposto no artigo 1° desta Lei constitui contravenção penal, punida com as penas de prisão simples de quinze dias a três meses e multa igual a três vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Esta claro que as restrições da Constituição Federal vigente deverão ser seguidas, obedecidas, praticadas.

Contudo, o assunto merece algumas outras considerações a propósito de vários aspectos que não podem e não devem ser marginalizados.

19. Reconhece a Lei que o estrangeiro não pode participar, em igualdade de condições, do condomínio comum que é a Pátria porque lhe falecem precisamente algumas ou muitas qualificações de condômino como as do idioma, das tradições, as raízes de família-célula mater da Pátria, tudo que faz de todos um tudo com o seu céu, o seu solo, o seu povo, a sua consciência, o seu lar, o seu berço e o seu túmulo.

O naturalizado assemelha-se, porem não é igual, ainda que pretenda, ainda que com seu trabalho engrandeça a terra adotada, ainda que a exalte em cantos de amor ou em louvações de fé.

O estrangeiro é um colaborador que troca interesses pelo bem estar, a paz de espírito pela comunhão da lei, a esperança do amanhã pela tranqüilidade do hoje, a plenitude do esforço pela liberdade que o serve, a realização de todos os dias pela segurança de todas as horas.

A distinção e a da lei e não do jacobinismo que pode conduzir à desacertada hostilidade.

Se as ciências, as artes, as filosofias, os instrumentos do laborar, as fontes de energia importadas, assim como maquinaria, capitais, etc., podem não ter Pátria por pertencerem ao patrimônio comum da humanidade", o homem,

entretanto, nunca deixará de a possuir pela inerência de estado, condição e situação, mesmo mesclando-se o jus soli e contrastadamente o jus sanguinis.

Embora todos possam ser filhos de Deus, há uma base territorial, a da terra mãe que, em assim o sendo, vincula o homem às origens e lhe desperta um amor filial, com predominância da naturalidade sobre a própria nacionalidade e desta sobre a cidadania.

X - CONCEITOS

20. Respinguem-se alguns conceitos para esclarecimento do problema em busca de solução:

- a) - cidadão e cidadania;
- b) - nacionalidade;
- c) - naturalização;
- d) - estrangeiro;
- e) - dupla nacionalidade no Estatuto da

Igualdade Luso-Brasileira.

21. Cidadão é o que, habilitado numa cidade, e, extensivamente, fazendo parte de um Estado, usufrui determinados privilégios resultantes do conjunto de condições jurídicas de pessoa natural no gozo de direitos civis e políticos. Ao conjunto de condições jurídicas, configurando direitos civis e políticos, outorgados e assegurados pela Constituição de um Estado, dá-se o nome de CIDADANIA. Todavia, o gozo de tais direitos se estende a nacionais e naturalizados. A cidadania confere a qualidade de cidadão sem se confundir com nacionalidade. Tem-se, pois, que o cidadão é o nacional ou nacionalizado. No Brasil, a cidadania do indivíduo, junte-se ao nascimento no País sem vínculo ou dependência com a nacionalidade dos progenitores - jus soli, ao passo que em vários países, principalmente, na Europa, subordina-se à nacionalidade dos respectivos progenitores, (jus sanguinis).

No Brasil, a pessoa física acolhida no País sem deste ser natural, não goza de cidadania. É estrangeiro, por ser de país estranho, opondo-se ao nacional, ao nativo que é o cidadão brasileiro. Entretanto, o laço jurídico da nacionalidade que atribui ao indivíduo a qualidade de cidadão brasileiro não se restringe única e exclusivamente à peculiaridade originária do jus soli, porque pode ser adquirido por manifestação de vontade expressa de indivíduo capaz, que renuncia a nacionalidade originária.

O naturalizado, estrangeiro de origem, adquire direitos de cidadão pela renúncia à nacionalidade de origem, pelo domicílio e por satisfazer requisitos legais exigidos, equiparando-se aos nacionais.

Pode-se confundir, em casos excepcionais, nacionalização e naturalização, como aconteceu com a aplicação dos §§ 4° e 5° do artigo 6° da Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824, e §§ 4°, 5° e 6° do artigo 69 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891.

Ao cuidar da "associação política de todos os cidadãos brasileiros" a Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império, discutiu animadamente a distinção entre brasileiros e cidadãos brasileiros, combatendo-a Montezuma e defendendo-a o deputado França, pois, para este, "segundo a qualidade da nossa população, os filhos dos negros, crioulos cativos, eram nascidos no Brasil, mas não eram cidadãos brasileiros". Entendia o parlamentar que para ser cidadão brasileiro, era imprescindível possuir "direitos cívicos", não bastando, portanto, haver nascido no Brasil. Assim, eram nacionais brasileiros, escravos e índios, não porem, cidadãos.

Outras questões pertinentes à matéria fo-ram levantadas e longo seria abordá-las, aliás, desnecessariamente, mas ficou a idéia de restrição subordinada a exigência de "direitos cívicos" que o próprio Montezuma atenuava, alegando que, em vez da diferença entre brasileiros e cidadãos brasileiros convinha. "apenas dar a uns mais direitos e mais deveres que a outros, criando cidadãos ativos e passivos".

22. Nacionalidade é o nexu vinculador de pessoa física ou moral a uma nação determinada. É o elo jurídico que une o indivíduo a um Estado, do que lhe advém direitos e deveres, públicos e privados, responsabilidades configuradoras do cidadão.

Clóvis Bevilacqua, (Direito Público Internacional, T.I; 2ª edição, 1939, p. 217), nos §§ 49 e 50, registra:

"§ 49- A nacionalidade é um vínculo político e pessoal, que liga o indivíduo a determinado país, sua pátria de origem ou de adoção, tornando-o parte integrante do povo desse país, e submetendo-o à autoridade e à proteção da soberania, que nele impera.

§ 50- As condições, mediante as quais se adquire e perde a nacionalidade, são determinadas pelo direito interno de cada país".

Para Hildebrando Accioly ("Manual de Direito Internacional Público", 1948, pág. 156):

"Nacionais são as pessoas submetidas a autoridade direta de um Estado, às quais este reconhece direitos civis e políticos e deve proteção, além das suas fronteiras. Nacionalidade é a qualidade inerente a essas pessoas e que lhes dá uma situação capaz de as localizar e identificar, na coletividade".

A cada indivíduo uma nacionalidade que seria, tão somente, a de origem, decorrente do nascimento no País (por jus sanguinis ou jus soli), mas, como no gozo de plena capacidade jurídica, pode adotar a do país em que vive, surge a nacionalidade adquirida, podendo, todavia ocorrer anormalidade como os apátridas ou heimatlos, isto é, indivíduos sem nacionalidade definida, ou os de dupla nacionalidade, ou seja indivíduos cuja situação jurídica, relativamente à nacionalidade, conflita nas leis de dois Estados a que fica vinculado, quer por adquirir nova nacionalidade sem perder a antiga, quer por um dos Estados adotar o princípio do jus sanguinis enquanto o outro o do jus soli. Muitos filhos de europeus, nascidos no Brasil, são alcançados pela dupla nacionalidade, seguindo o princípio do jus sanguinis, ou seja filhos de pais estrangeiros, são considerados brasileiros, no Brasil pelo princípio do jus soli, mas tidos por nacionais do país a que pertencem os progenitores.

À primeira Constituinte brasileira (a do Império) não foi estranho o assunto, sendo que vários de seus membros eram favoráveis à tese de o filho seguir a nacionalidade do pai estrangeiro combatida por Antônio Carlos "que, ao contrário, o filho de estrangeiro, nascido no Império, devia ser brasileiro sempre que não declarasse, com a maioria, preferir a nacionalidade do pai estrangeiro". E Miguel Calmon, da representação baiana, ia mais longe: "o estrangeiro que viesse para o Brasil como colono e que se apresentasse com instrumento de trabalho, teria o foro de cidadão brasileiro sem dependência de outros requisitos". Aliás, a idéia se projetou na Constituição republicana de 1891, ao permitir, no item 5° do artigo 69, a aquisição dos direitos de cidadão brasileiro, sem a exigência de carta de naturalização aos estrangeiros que possuíssem bens imóveis no Brasil e fossem casados com brasileiras ou tivessem filhos brasileiros, contanto que residissem no Brasil, salvo se manifestassem a intenção de

não mudar de nacionalidade.

A Constituição do Império considerou, também, cidadãos brasileiros, os estrangeiros naturalizados, independentemente de religião, embora a religião católica continuasse a ser a do Império, ou seja, tendo uma religião do Estado.

23. A naturalização implica em decisão ou assentimento por parte de alienígena que renuncia à nacionalidade de origem por manifestação de vontade, evidenciada em pedido pessoal ou aceita nova nacionalidade, tacitamente adquirida por força de lei especial, contra a qual não se pronuncia. Lei desta natureza, sempre de caráter geral, surge em circunstâncias incomuns, sob a forma de opção, salvo quando da anexação de territórios a outro Estado, ressalvada, ainda, o direito de manifestação expressa quanto à conservação da nacionalidade de origem, na forma que fôr prevista.

Pela Constituição de 1824 foram considerados cidadãos brasileiros:- "todos os nascidos em Portugal e suas possessões que, sendo já residentes no Brasil na época em que se proclamou a independência nas províncias, onde habitavam" e aderiram a esta, "expressa ou tacitamente, pela continuação da residência." (artigo 6º, item 4º) e, na conformidade da de 1891, também assim o foram "os estrangeiros, que, achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889" não houvessem declarado, "dentro em seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem". (artigo 69, item 4º). Neste ultimo texto basilar, fizeram-se restrições aos abrangidos pela grande naturalização, pois ficaram sem condições de elegibilidade para o Congresso Nacional (artigo 25 in fine) e para a presidência e vice-presidência da República, cujos candidatos deviam ser brasileiros natos (artigo 41, § 3º, 1º).

Subordinam-se, em regra, a naturalização ao resguardo da defesa ou segurança nacional, limitando-se o gozo dos direitos e prerrogativas concedidos aos nacionais.

Terão, ou chegarão a possuir, os naturalizados, integral sentimento de pátria que afeiçoa espontânea e decisivamente a alma humana numa assimilação total? Poderão sentir a mesma intensidade emocional que deve ser própria do nativo, cujo processo psíquico originariamente tem raízes na rebeldia, na oposição, na reação, quase sempre violenta, ao jugo das antigas metrópoles descobridoras, colonizadoras, povoadoras?

Se a naturalização apresenta o aspecto histórico da adesão dos que, no momento da independência, uniram-se aos nativos, também oferece o político lastreado pela reciprocidade de interesses ou conveniente simultaneidade destes: de um lado a nação-recém emancipada ou em fase de desenvolvimento com carência populacional atraindo imigrantes que procura vincular ao solo; de outro, nação com excesso populacional ou traumatizada por crises, tumultos, conflitos vários, cujos habitantes emigram buscando paragens novas, onde se radicam e prosperam. E sofrem a ação do meio físico e do meio social, mas ambas são mais fortes, extensas e intensas sobre os "apanhados no berço".

Exceções, todavia, existem: a de naturalizado com maior sentimento nacional que a de nativo desnaturado, o que não há-de prevalecer para ampliar o paralelismo e chegar a conclusão diversa a fim de colocar, no mesmo plano, nacionais propriamente ditos e os de aquisição.

24. Para os europeus, nacionais são os "compatriotas" que viajam ou residem em país estrangeiro, o que implica a indebilidade do caráter nacional e uma reciprocidade de tratamento quanto ao mesmo gozo de direitos num e noutro país.

Quando, no século passado, a Argentina desnacionalizou estrangeiros com mais de três anos de residência, a medida repercutiu desfavoravelmente na Europa e não foram poucos os apelos para que estrangeiros abandonassem o país, furtando-se à decisão "impolítica, dura e pouca generosa".

Em 1895, a França interveio junto ao governo brasileiro no sentido de "não serem incomodados pelas autoridades militares do Rio Grande do Sul" cidadãos, com a idade de 18 anos, nascidos no Brasil, "de pais franceses e estabelecidos em Pelotas, dos quais se exigiam serviços de guarda-nacional". Não anuiu o Brasil, reportando-se ao artigo 69, n° 1, da Constituição da República, "em virtude do qual são cidadãos brasileiros, ainda que de pai estrangeiro, não residindo este a serviço de sua nação".

Em 1936 (abril), o Brasil teve de se opor à Alemanha que pretendia convocar filhos de alemães, nascidos no Brasil, fazendo-se ciente à representação alemã que "os filhos de estrangeiros nascidos no Brasil são brasileiros e residindo no Brasil somente de nossas leis e autoridades são jurisdicionados (Jornal do Comércio, de 10 de abril de 1936).

Não raro o "estrangeiro" utilizou-se do rompimento do vínculo à pátria de origem para, em eventual re-torno a esta, fugir às respectivas leis e autoridades no que

lhes importava favorecimento, criando conflitos diplomáticos por invocarem a proteção da pátria adotiva, adotando o Brasil atitude complacente, o que se exemplifica recorrendo a qualquer compêndio de Direito Público Internacional.

Varia, pois, o conceito do estrangeiro, sobretudo, quando este se fixa em outro país, quando nasce em um país filho de pais de outra pátria ou quando adota nova pátria. E se dimensionam diferentemente os respectivos direitos e deveres.

Fundamentalmente, estrangeiro é o oposto ao nacional, ao nativo, ao indígena. Estrangeiro é o de fora, de outro país, o alienígena. Consideram-se estrangeiros todos os indivíduos não abrangidos pela conceituação de nacional dada pelas leis que reconhecem esta qualificação específica.

O estrangeiro participa da vida civil do país em que reside, na conformidade da Lei, sem ofensa ao princípio de independência e soberania territorial, com gozo e exercício de determinados direitos reconhecidos e respeitados em quase todos os Estados quer por benevolência ("commitas gentium") quer por uma compreensão de justiça internacional, cessando, porém, quando da incompatibilidade ou antagonismo de leis de um e outro Estado face as instituições políticas, nos casos de guerra entre um e outro Estado ou injunções da ordem pública e segurança do Estado que toma medidas acauteladoras ou de garantia nacional.

Assim, o estrangeiro, amparado pela Lei local, goza o direito de se casar, fazer testamento, adquirir propriedade...e exercitado ao efetivar o gozo admitido pela Lei: casando-se, fazendo testamento ou adquirindo propriedade.

Entretanto, cumpre lembrar que pode não ser a mesma a posição da mulher que, segundo legislação alienígena, ao se casar segue a condição nacional do marido. No Brasil, a mulher brasileira mantém sua nacionalidade se casada com estrangeiro e este não altera a sua nacionalidade, mas propicia elemento favorável à modificação da própria nacionalidade com o casamento, filhos nascidos no Brasil e aquisição de propriedades, presumindo-se pelo "animus manendi", o desejo de tornar-se brasileiro.

Ainda que um sentimento filosófico, isto é, transcendental leve a considerar cada nação uma fração da humanidade, e que esta venha a se tornar uma única nação regida por uma única Lei - a da moral e da justiça-, convenha-se que o devaneio só pode ficar no domínio da fraternidade ou da confraternização universal, pois que a Pátria há-de e deve substituir, e com a pátria a figura do estrangeiro, distinção que

vem através dos povos desde priscas eras, atenuada, por se receber o estrangeiro sem as prevenções de outrora -"adversus hostem, aeterna auctoritas esto"-, mas com adequada ou conveniente proteção ao país que o acolhe hospitaleiramente e em relação ao nativo, cujos direitos, em seu estatuto pessoal, são amplos, sem quaisquer limitações, enquanto os dos estrangeiros possuem-nos atribuídos com algumas reservas e apoio, por vezes, em estipulações contidas em tratados ou configurações de reciprocidade. A igualdade perante a lei não corresponde necessariamente à igualdade de aquisição, gozo e exercício de direitos.

XI- DUPLA NACIONALIDADE

25. Advirta-se que "dupla nacionalidade" no Estatuto da Igualdade Luso-Brasileira não se confunde com o que, em Direito Privado Internacional, se entende por "dupla nacionalidade" aplicada à situação jurídica "do individuo sobre cuja nacionalidade há conflito nas leis de dois Estados, por haver ele adquirido uma nacionalidade nova sem ter perdido a de origem, ou quando um deles adota o princípio do jus sanguinis e o outro o do jus soli". Napoleão em seu Código (decretado a 14 ventôse ano XI, 5 de março de 1803, e promulgado a 24 ventôse, 15 do mesmo mês), dispusera: "Les lois concernant l' état et la capacité des personnes régissent les Français, même résidant en pays étranger" (artigo 3° in fine), consagrando o princípio do efeito extraterritorial da lei pessoal, já aceito de há muito tempo, pois velho brocardo bárbaro acentuava que a lei pessoal acompanha o indivíduo por onde ele ande. E, na Europa, que se prende ao "jus sanguinis" o filho de europeu nascido em país da América, continua europeu. No novo continente, na América Latina, onde predomina o "jus soli" ou a "lex soli", quem nasce em um país sulamericano, filho de estrangeiro, possui a nacionalidade que lhe é dada pelo berço.

No caso de portugueses e brasileiros, há que lembrar a inovação incluída na Constituição de 1946, no item 4° do artigo 129:

"Art. 129. São brasileiros:

IV- os naturalizados pela forma que a lei estabelecer, EXIGIDAS AOS PORTUGUESES APENAS RESIDÊNCIA NO PAÍS POR UM ANO ININTERRUPTO, idoneidade moral e sanidade física".

A redação, no concernente aos portugueses, subsistiu no artigo 140, item II, letra b, número 3, da Constituição de 1967, e, com a mesma disposição, no artigo 145, item II, letra b, número 3 da Emenda Constitucional n° 1, de 1969. Nestes dois últimos textos, estão os portugueses incluídos no item correspondente aos naturalizados, mas a Emenda Constitucional n° 1, de 1969, foi além, pois no Título V -Disposições Gerais e Transitórias, o artigo 199 reza:

"Art. 199. Respeitado o disposto no parágrafo único do artigo 145, as pessoas de NACIONALIDADE PORTUGUESA NÃO SOFRERÃO QUALQUER RESTRIÇÃO EM VIRTUDE DA CONDIÇÃO DE NASCIMENTO, SE ADMITIDA A RECIPROCIDADE EM FAVOR DE BRASILEIROS".

Transcreva-se a remissão:

Art. 145-

Parágrafo único:- São privativos DE BRASILEIRO NATO os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Ministro do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal Militar, do Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho, do Tribunal Federal de Recursos, do Tribunal de Contas da União, Procurador-Geral da Republica, Senador, Deputado Federal, Governador do Distrito Federal, Governador e Vice-Governador de Estado e de Território e seus substitutos, os de Embaixador e os das carreiras de Diplomata, de Oficial da Marinha, do Exército e da Aeronáutica."

O parágrafo, entretanto, aplica-se a todos os naturalizados sem aumentar ou diminuir prerrogativas, e o artigo 145 realmente situa os portugueses discriminadamente, sem fugirem à figura da naturalização que os abriga, numa re-dação que, pela importância e natureza do assunto, deveria ter sido desdobrada no texto constitucional, melhor harmonizando-se com o artigo 199 que, na verdade, "quase" nacionalizou os portugueses, pondo-os fora e além do processo de naturalização porque outra forma a lei estabeleceria.

Está clara a redação do artigo 199: AS PESSOAS NATURAIS DE NACIONALIDADE PORTUGUESA NÃO SOFRERÃO QUALQUER RESTRIÇÃO EM VIRTUDE DA CONDIÇÃO DE NASCIMENTO, SE ADMITIDA A RECIPROCIDADE EM FAVOR DOS BRASILEIROS".

A fórmula seria uma convenção sobre igualdade de direitos e deveres entre portugueses e brasileiros, dando origem à dupla nacionalidade dos portugueses no Brasil e dos brasileiros em Portugal. Aliás, já em 1942, o Prof. Barreto Campelo versou o assunto em trabalho precisamente intitulado: "A Dupla Nacionalidade dos Portugueses no Brasil", publicado em Recife. Assumem portugueses e brasileiros, nos países opostos, a condição de pré-nacionais ou quase-nacionais, ou com a mencionada dupla nacionalidade convencionada.

Firmou-se a Convenção, em Brasília, aos 7 de setembro de 1971, assinando-a o Dr. Rui Patrício, Ministro dos Negócios Estrangeiros, pelo governo de Portugal, o Dr. Mário Gibson Barbosa, Ministro das Relações Exteriores, pelo Governo da República Federativa do Brasil, efetuando-se, aos 22 de março de 1972, no Palácio das Necessidades, em Lisboa, a cerimônia da troca dos instrumentos de ratificação da Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses, procedendo-a, por parte de Portugal o mesmo Ministro dos Estrangeiros, e, por parte do Brasil, o Embaixador Luís Antônio da Gama e Silva, consolidando-se, assim, o princípio de igualdade inscrito no artigo 199 da Constituição Brasileira e no artigo 7º, § 3º, da Constituição Portuguesa.

Pela Convenção concluída:

- 1) - portugueses no Brasil e brasileiros em Portugal GOZARÃO DE IGUALDADE DE DIREITOS E DEVERES COM OS RESPECTIVOS NACIONAIS (artigo I); todavia, o exercício dos referidos direitos e deveres NÃO IMPLICARÁ EM PERDA DAS RESPECTIVAS NACIONALIDADES (artigo II);
- 2) - portugueses e brasileiros CONTINUARÃO NO EXERCÍCIO DE TODOS OS DIREITOS E DEVERES INERENTES ÀS RESPECTIVAS NACIONALIDADES , salvo aqueles que ofenderem a soberania e a ordem pública do Estado de residência (artigo III);
- 3) - excetua-se do regime de equiparação OS DIREITOS RESERVADOS, EXCLUSIVAMENTE, pela Constituição DE CADA UM DOS ESTADOS, aos que tenham nacionalidade originária; 4) - o reconhecimento da igualdade está condicionada à decisão dos ministérios competentes, no Brasil e Portugal, e depende de requerimento pelos interessados,

desde que civilmente capazes a com residência permanente (artigo V) e EXTINGUIR-SE-Á COM A CESSAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE PERMANÊNCIA NO TERRITÓRIO DO ESTADO OU PERDA DA NACIONALIDADE (artigo VI),

6) - o gozo de DIREITOS POLÍTICOS somente será reconhecido aos que tiverem cinco anos de residência permanente e DEPENDE DE REQUERIMENTO À AUTORIDADE COMPETENTE (artigo VII, n.1), mas esta igualdade, quanto aos direitos políticos, não abrange as pessoas que, no Estado da nacionalidade, houverem sido privadas de direitos equivalentes (artigo VII, n° 2) e, por sua vez, o gozo de direitos políticos no Estado de residência importa na suspensão do exercício dos mesmos direitos no Estado da nacionalidade (artigo -VII, n° 3); 6) - portugueses e brasileiros ficam sujeitos à lei penal do Estado de residência nas mesmas circunstâncias em que os respectivos nacionais (artigo VIII) e, não estão sujeitos a extradição, salvo se requerida pelo Governo do Estado da nacionalidade (artigo IX); 7) - NÃO PODERÃO PRESTAR SERVIÇO MILITAR NO ESTADO DE RESIDÊNCIA OS PORTUGUESES E BRASILEIROS, embora no gozo de igualdade de direitos e deveres com os respectivos nacionais, pois a lei interna regulará, para esse efeito, a situação dos respectivos nacionais (artigo X combinado com o artigo I); 8) - a proteção diplomática ao que se ausentar do território do Estado de residência será dada apenas pelo Estado da nacionalidade (artigo XI); 9) - aos portugueses no Brasil e aos brasileiros em Portugal serão fornecidos, PARA USO INTERNO, documentos de identidade de modelos iguais dos respectivos nacionais, com a menção da nacionalidade do portador e referência à Convenção (artigo XIII);

- 10) - os governos de Portugal e do Brasil obrigam-se a comunicar reciprocamente, por via diplomática, a aquisição e perda da igualdade de direitos e deveres regulada na Convenção (artigo XII);
- 11) - continuará inalterada a situação de portugueses e brasileiros que, nos respectivos Estados de residência, não se submeterem à Convenção, aplicando-se-lhes o disposto na Constituição e nas leis do Brasil e de Portugal. (artigo XIV).

2. Faça-se breve retrospecto da legislação aplicável à matéria, até a vigência da Constituição de 1946.

XII - NACIONAIS E NATURAIS

26. A 10 de outubro de 1941, em pleno período bélico, pela Resolução n° 92 (D.O.U., de 6.11.1941), o Conselho de Imigração e Colonização, tendo em vista que o Decreto-lei n° 3.176, de 7 de abril do mesmo ano, dispensava do registro instituído pelo Decreto-lei n° 3.082, de 28 de fevereiro de 1941, os NATURAIS DE ESTADOS AMERICANOS que entrassem como turistas nas condições estipuladas no referido diploma legal (Decretos-leis n°s 3.176, de 7.4.1941 e 3.082, de 28.2.1941, respectivamente publicados no D.O.U. de 9.4.1941 e 6.3.1941, decidiu, considerando que o termo "NATURAIS" não se confunde com "NACIONAIS", interpretar o disposto no Decreto-lei n° 3.176/41, NO SENTIDO DE NÃO SE ESTENDEREM ÀS PESSOAS QUE POR NATURALIZAÇÃO adquirem a NACIONALIDADE DE QUALQUER ESTADO AMERICANO os favores concedidos por aquela lei aos NATURAIS DESSES ESTADOS.

Pelo referido Decreto-lei n° 3.176/41 os naturais que não tivessem adquirido OUTRA NACIONALIDADE ficaram dispensados do registro instituído pelo Decreto-Lei n° 3.082/41, bem como das demais exigências constantes do mesmo, sempre que entrassem como turistas no território nacional pelos portos do Rio de Janeiro e de Santos e não se demorassem no país por prazo superior a seis meses. E o Decreto-Lei n° 3.082/41, obrigava a registro TODOS OS ESTRANGEIROS QUE ENTRAS-

SEM NO PAÍS NA CATEGORIA DE "TEMPORÁRIO" no Serviço de Registro de Estrangeiros da jurisdição onde residisse o estrangeiro,

sendo que, nos Estados e no Território do Acre, far-se-ia nas respectivas capitais, sem qualquer exceção, a não ser a criada, posteriormente, pelo Decreto-lei n° 3.176/41 em favor dos naturais de estados americanos.

27. Na Constituição de 1946 relacionavam-se imediata ou mediatamente com estrangeiros 03 artigos 5°, I, XV, letra n; 101, letra g; 129, I a IV; 130 I,II e III; 141 "caput" e §§ 33; 143, destacando-se no artigo 129, item IV, para os portugueses o privilégio de se limitar a exigência de residência no país por um ano ininterrupto, idoneidade moral e sanidade física, para os fins de naturalização.

Numerosos diplomas legais, atos diplomáticos podem ser filiados à questão da nacionalidade, citando-se, entre outros:

- a) - o Decreto-Lei n° 389, de 25.4.1938 (D.O.U., de 29.4.1938) que regulou a nacionalidade brasileira;
- b) - o Decreto-Lei n° 2.159, de 30.4.1940, (D.O.U., de 8.5.1940), que prorrogou o prazo para a opção pela nacionalidade brasileira a que se referia o Decreto-Lei n° 1423, de 14 do julho de 1939 (D.O.U. de 17.07.1939), por sua vez com remissão à letra b do artigo 1° do Decreto-lei n° 389, de 25 de abril de 1938, já citado acima;
- c) - o Decreto s/n de 20.11.1823, publicado na Coleção das Leis do Brasil (CLB), do 1832, Parte 1ª, págs. 116, dispendo sobre naturalização dos estrangeiros, baixado pela Regência, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II;
- d) - a Constituição do 1934 : artigos 5°, letra g, 106, letras a e b; 107 letras a,b,c; 113 "caput" e n°s 14 e 15; 131;132,133,134,135 e 136, letras a,b, c;
- e) - Decreto n° 2.572, de 18.4.1938 (D.O.U. de 29.4.1938) que promulgou a Convenção sobre nacionalidade, firmada em Monte Vidéu, a 26 de dezembro de 1933, por ocasião da VII Conferência Internacional Americana, cujos principais itens fixados foram:

Art. 1°- A naturalização perante as autoridades competentes de qualquer dos países signatários (Honduras, Estados Unidos da América, Salvador, República Dominicana, Salvador, Haiti, Argentina, Venezuela, Uruguai, Paraguai, México, Panamá, Bolívia, Guatemala, Brasil, Equador, Nicarágua, Colômbia, Chile, Peru, cuba) IMPLICA A PERDA DA NACIONALIDADE DE ORIGEM.

Art. 4° No caso de transferência de uma parte do território de um dos Estados signatários a outro destes, os habitantes da parte transferida NÃO SE DEVERÃO CONSIDERAR NACIONAIS DO ESTADO, AO QUAL SE TENHA FEITO A TRANSFERÊNCIA, SALVO SE OPTAREM; EXPRESSAMENTE PELA MUDANÇA DA SUA NACIONALIDADE DE ORIGEM.

Art. 5° A NATURALIZAÇÃO CONFERE A NACIONALIDADE SOMENTE À PESSOA NATURALIZADA, E A PERDA DA NACIONALIDADE, seja qual for a forma sob a qual se verifique, atinge apenas a pessoa que a tenha perdido.

Art. 6° NEM O CASAMENTO NEM A SUA DISSOLUÇÃO ATINGEM A NACIONALIDADE DOS CÔNJUGES OU A DE SEUS FILHOS.

"Entretanto, a delegação da República Dominicana apresentou estas reservas relativas aos artigos 1° e 2° (o artigo 2° reza: " por via diplomática será dado conhecimento da naturalização ao Estado do qual era nacional a pessoa naturalizada): A Constituição do Estado estabelece que "nenhum Dominicano poderá alegar condição de estrangeiro por naturalização ou por qualquer outra causa", e com relação ao artigo 6°, entendeu que este também não atingiria o dispositivo constitucional, em vigor, relativo ao casamento de mulher dominicana com estrangeiro. Também a delegação do Uruguai declarou não poder aceitar o artigo 1°, por não estar em harmonia com os princípios da legislação interna do Uruguai; o México assinou a Convenção com reservas sobre os artigos 5° e 6° o Estados Unidos limitou-se a acentuar, em sua reserva, que a Convenção estava sujeita à ação do Congresso.

Mais, a Convenção, no que se referiu à naturalização (artigos 1° e 2°) não revogou nem modificou a anterior, assinada no Rio de Janeiro, em 19 de agosto de 1916, sobre naturalização (artigo 3°).

Art. 1°- A naturalização perante as autoridades competentes de qualquer dos países signatários (Honduras, Estados Unidos da América, Salvador, República Dominicana, Salvador, Haiti, Argentina, Venezuela, Uruguai, Paraguai, México, Panamá, Bolívia, Guatemala, Brasil, Equador, Nicarágua, Colômbia, Chile, Peru, cuba) IMPLICA A PERDA DA NACIONALIDADE DE ORIGEM.

Art 4°- No caso de transferência de uma parte do território de um dos Estados signatários a outro destes, os habitantes da parte transferida NÃO SE DEVERÃO CONSIDERAR NACIONAIS DO ESTADO, AO QUAL SE TENHA FEITO A TRANSFERÊNCIA, SALVO SE OPTAREM EXPRESSAMENTE PELA MUDANÇA DA SUA NACIONALIDADE DE ORIGEM.

Art. 5° A NATURALIZAÇÃO CONFERE A NACIONALIDADE SOMENTE À PESSOA NATURALIZADA, E A PERDA DA NACIONALIDADE, seja qual for a forma sob a qual se verifique, atinge apenas a pessoa que a tenha perdido.

Art. 6° NEM O CASAMENTO NEM A SUA DISSOLUÇÃO ATINGEM A NACIONALIDADE DOS CÔNJUGES OU A DE SEUS FILHOS.

Entretanto, a delegação da Republica Dominicana apresentou estas reservas relativas aos artigos 1° e 2° (o artigo 2° reza: " por via diplomática será dado conhecimento da naturalização ao Estado do qual era nacional a pessoa naturalizada): A Constituição do Estado estabelece que "nenhum Dominicano poderá alegar condição de estrangeiro por naturalização ou por qualquer outra causa", e com relação ao artigo 6°, entendeu que este também não atingiria o dispositivo constitucional, em vigor, relativo ao casamento de mulher dominicana com estrangeiro. Também a delegação do Uruguai declarou não poder aceitar o artigo 1°, por não estar em harmonia com os princípios da legislação interna do Uruguai; o México assinou a Convenção com reservas sobre os artigos 5° e 6° e Estados Unidos limitou-se a acentuar, em sua reserva, que a Convenção estava sujeita à ação do Congresso.

Mais a Convenção no que se referiu à naturalização (artigos 1° e 2°) não revogou nem modificou a anterior, assinada no Rio de Janeiro, em 19 de agosto de 1916, sobro naturalização (artigo 3°).

f) - Decreto n. 2.411, de 23.2.1938 (D.O.U. de 2.2.1938) que promulgou a convenção sobre a nacionalidade da mulher, firmada entre o Brasil e diversos países (os mesmos da Convenção acima mencionada) , em Montevideú, na VII Conferência Internacional Americana, fixando:

Art. 1° - EM MATÉRIA DE NACIONALIDADE, NÃO SE FARÁ DISTINÇÃO ALGUMA BASEADA NO SEXO, QUER NA LEGISLAÇÃO QUER NA PRÁTICA.

Arts. 2° ao 5°: referem-se à ratificação, vigência, adesão e acesso dos Estados não signatários.

Reservas e limitações:

Honduras, "com as reservas e limitações -que determinem a Constituição e Leis do nosso país";

Estados Unidos da América: "no que se re-fere aos Estados Unidos, está, como é de rigor e necessário, sujeita à ação do Congresso";

Salvador: "no Salvador a Convenção não poderá ser objeto de ratificação imediata, pois será necessário considerar, primeiro, a conveniência de reformar a Lei de Estrangeiros vigente, obtendo-a ratificação somente na hipótese de se verificar tal reforma legislativa e depois, que a mesma se tenha realizado".

g) - Decreto n° 19.482, de 12.12.1930 (D.O.U. de 19.12.1930) que limitou a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe, dispôs sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais, inclusive obrigando à ocupação, em empresas, associações companhias e firmas comerciais, de dois terços, pelo menos, de brasileiros natos (Artigo 3°), o que levou à equiparação de estrangeiros, pelo prazo de cinco anos, os

que já tivessem residência, por mais de dez anos, no Brasil (artigo 1° do Decreto n° 20.261, de 29.7.1931, D.O.U., de 4.8.1931), e à regulamentação para a execução do artigo 3° do Decreto n° 19.482/ 30, através do Decreto n° 20.291, de 12.8.1931 (D.O.U, de 25.8. 1931), ampliar a nacionalização em função do trabalho, objeto, ainda, do Decreto-Lei n° 1.843, de 7.12.1939, (D.O.U. de 9.12.1939).

A nacionalização do trabalho alcançou a do ensino ao ser baixado o Decreto-lei n° 406, de 4.5.1938 (D.O.U. de 6.5.1938) em cujo artigo 85 e §§ 1° a 5°: das disposições gerais e transitórias exigia-se que, nas escolas rurais do país, o ensino de qualquer matéria seria ministrado em português, sem prejuízo do eventual emprego do método diretor no ensino das línguas vivas, que, nas referidas escolas, sua regência caberia SEMPRE A BRASILEIROS NATOS; que, nelas, não se ensinariam idiomas estrangeiros a menores de quatorze (14) anos, e os livros destinados AO ENSINO PRIMÁRIO seriam exclusivamente escritos em língua portuguesa, que, nos programas do CURSO PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO, seria obrigatório o ensino da história e da geografia do Brasil e que, nas escolas para estrangeiros, seriam ensinadas noções sobre as instituições políticas do país:

Novamente, volveu-se a nacionalização do trabalho, agora nos portos, pelo Decreto-Lei n° 9.462, de 15.7.1946 (D.O.U. de 17.7.1946) que, na conformidade do artigo 1° restringiu a admissão, em trabalho de estiva e de docas, nos portos nacionais, a trabalhadores brasileiros ou equiparados, embora com ex-

ceções baseadas na transitoriedade, tendo-se em vista o tempo do domicílio no país, o tempo de serviços já prestados e as circunstâncias (parágrafo único do artigo 1°).

XIII - NATURALIZAÇÃO

28. Quanto à naturalização, sumaria-se, remissivamente, segundo os assuntos, a legislação adiante:

- Apresentação de prova para inscrição como jornalista- Decreto-lei n° 4.357, de 04.06.1942;
- Autoridade competente para receber o juramento do colono - Decreto n° 294, Aviso n° 36 de 31.08.1857;
- Aviso n° 94, de 21.10.1850;
- Aviso n° 103, de 8.11.1850;
- Capitães de navios nacionais- Aposentadoria dos estrangeiros naturalizados- Decreto-Lei n° 78, de 17.12.1937; - Circular n° 1, de 23.5.1890;
- Competência para legislar sobre naturalização
 - Constituição de 1946, artigo 5°, item XV, letra n;
- Concessão de título declaratório- Decreto - Lei n. 8.553, de 4.1.1946;
- Condições para a concessão de carta de naturalização - Decreto-Lei n° 389, de 25.4.1938 e Lei de 23.10.1832;
- Constituição de 1891, artigo 69;
- Constituição de 1934, artigo 5°, letra g;
- Constituição de 1937, artigo 16, item III;
- Constituição de 1946, artigo 129;
- De colonos - Decisão n° 171, Aviso n° 15, de 14.07.1859;
- De colonos residentes no Brasil-Decreto n° 24, de 17.09.1836;
- De estrangeiros que servem na Marinha- Lei n° 1669, de 28.8.1869;
- De jornalistas estrangeiros - Decreto-Lei n° 3.209. de 26.4.1941;
- De portugueses- Decreto s/n. de 18.8.1831;

- Decreto n° 808-A, de 23.6.1855 (disposições sobre colonos, ainda não reconhecidos brasileiros);
- Decreto n° 58-A, de 14.2.1889 (providencia sobre a naturalização dos estrangeiros residentes na República, enquanto o Decreto n° 13-A, de 26 de novembro de 1889, regulava a concessão de naturalizações);
- Decreto n° 277-D, de 22.3.1890 (declara que serão considerados cidadãos brasileiros e incluídos no alistamento eleitoral os estrangeiros que o requererem, tendo os requisitos legais);
- Decreto n° 479, de 13.6.1890 (prorroga prazo para as declarações dos estrangeiros, residentes no Brasil no dia 15 de novembro anterior, que não desejarem ser considerados cidadãos brasileiros);
- Decreto n° 510, de 22.6.1890 (publica a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, versando a matéria nos artigos 69, §§ 1° a 6°; 71, caput e § 2°, letra a; artigo 72, caput e § 11);
- Dispensa de documentos nos processos - Decreto n° 2.004, de 26.11.1908;
- Direitos de que gozam os estrangeiros naturalizados (Decisão do Governo n° 19, de 16.08. 1890;
- Do estrangeiro que serve nas Forças Armadas-Lei n° 2.556, de 26.9.1874 (o estrangeiro era admitido como voluntário, sem que seu número excedesse à "quinta parte das praças de pré do corpo ou companhia, em que for servir, podendo, os de bom comportamento, ser naturalizados depois de servir por um ano, dispensados os mais requisitos da legislação vigente, e sem despesa alguma (art. 4°, § 1°);
- Do estrangeiro que serve no Exército- Lei n° 1.101, de 20.09.1860, que fixou as Forças de Terra para o ano financeiro de 1861-1862 (o estrangeiro era contratado e depois de 2 anos de serviço sem nota poderia ser naturalizado cidadão brasileiro, dispensadas as formalidades exigidas na Lei de 23 de outubro

de 1832, isenta de quaisquer desposas ou emolumentos, mas nos Corpos de 4 Companhias não seriam admitidos mais de 100 estrangeiros, nos de menos de 4 Companhias até 50, e nas Companhias avulsas nunca mais da terça parte da força no estado completo", (art. 42, parágrafo único); - A Lei n° 1689, de 28 de agosto de 1869, que fixou a Força Naval para o ano financeiro de 1870 e 1871, também autorizava o Governo a conceder carta de cidadão brasileiro aos estrangeiros que a requeressem e se achassem ao serviço da Armada nos corpos de maquinistas e oficiais marinheiros, uma vez que contassem dois anos de praça ou um ano de companhia (na ocasião, o Brasil participava da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai). Expediam-se as "cartas livres de toda a despesa para os agraciados" (artigo 3°);

- Decisão do Governo n° 195- Aviso de 7 de julho de 1870, decidindo que deve SER CONSIDERADO ESTRANGEIRO e como tal eliminado do serviço da Guarda Nacional o indivíduo que, embora NATURALIZADO CIDADÃO BRASILEIRO, não tivesse solicitado a respectiva carta e prestado juramento;
- Dos estrangeiros residentes no Brasil na época da Independência- Decreto de 14.08. 1827: Declara cidadão brasileiro naturalizado TODO O ESTRANGEIRO QUE, NATURALIZADO PORTUGUÊS, EXISTIA NO BRASIL antes da época, da Independência, que pela continuação de residência a ela aderiu;
- Eliminação dos nomes dos estrangeiros relacionados como eleitores- Decreto n° 277-E, de 22.03,1890; eliminação dos que houvessem declarado não aceitar a nacionalidade brasileira;
- Exercício de cargos públicos estaduais e municipais pelos naturalizados- Decreto -Lei n° 1.202, de 08.04,1939: de acordo com o artigo 40 e seus §§ 1° a 4° e n°s 1 a 3 deste inciso, só brasileiros, natos ou naturalizados, poderão exercer funções ou

cargos publicou ou empregos dos Estados ou dos Municípios, ou de entidades por eles criadas ou mantidas, ou de cuja manutenção sejam responsáveis, permitindo-se, outrossim, contrato de serviço de cientistas e técnicos estrangeiros, com funções especificadas e por tempo certo, não superior a quatro anos, com autorização prévia e expressa do Presidente da República, mediante a justificação da necessidade; - Nome civil dos estrangeiros naturalizados Decreto-lei n° 5.101, de 17.12.1942: "O nome do estrangeiro domiciliado no Brasil será o constante de seus assentamentos no registro respectivo" (artigo 1º, podendo, no ato da naturalização, a critério do Ministério da Justiça, ser autorizada a tradução do prenome do naturalizando" (artigo 3º, caput);

XIV - SERVIÇO MILITAR

29. Já no Império, havia restrições quanto ao exercício de determinadas funções ou atividades, tanto, assim, que somente cidadãos brasileiros podiam exercer advocacia, declarada múnus público pela decisão do Governo n° 151 - Justiça, em 7 de outubro de 1828, casando ao Bacharel José Coelho Louzada a provisão de advogado da Casa da Suplicação que lhe foi concedida, "porque sendo a advocacia um múnus público não pode ser exercida por indivíduos que não gozem dos foros de cidadão brasileiro";

Integrar as Forças Armadas: "Não haverá no Exército do Brasil corpo algum composto de homens estrangeiros, nem Oficiais inferiores, Cabos de Esquadra e Anspeçadas estrangeiros ainda nos corpos nacionais de qualquer classe ou arma que seja (artigo 10, caput, ab initio, da Lei de 24 de novembro de 1830);

Ser Meirinho, pois o Aviso de 30 de julho de 1831, assinado pelo Regente Diogo Antônio Feijó mandou demitir o Meirinho José Fernandes do dito lugar, "que não pode ser exercido por estrangeiro na forma da Constituição do

Limitem-se as referências após a Revolução de 1930, uma vez que os diplomas legais mencionados permitem, situar a questão:

30. De ano anterior (1928), vinho uma Convenção sobre a condição de estrangeiros, resultante da Sexta Conferência Internacional Americana, reunida em Havana, aos 20 de fevereiro de 1928, aprovada, por outras cinco, pelo Congresso Nacional (Decreto n° 5.647, de 08-01-1929, e promulgada, em bloco de seis, pelo Decreto n° 18.956. de 22-10-1929, participando da referida conferência os países Peru, Uruguai, Panamá, Equador, México, Salvador, Guatemala, Nicarágua, Bolívia, Venezuela, Colômbia, Honduras, Costa Rica, Chile, Brasil, Argentina, Paraguai, Haiti, República Dominicana, Estados Unidos da América, Cuba). O artigo 3° da Convenção sobre condição dos estrangeiros frisou:

"Art. 3° - OS ESTRANGEIROS NÃO PODEM SER OBRIGADOS AO SERVIÇO MILITAR; mas, os domiciliados, a não ser que prefiram sair do país, poderão ser obrigadas, nas mesmas condições que os nacionais, ao serviço de polícia, bombeiros ou milícia para a proteção do local dos respectivos domicílios contra catástrofes naturais ou perigos que não sejam provenientes de guerra".

À cláusula, a delegação dos Estados de América fez reserva expressa, "no que se refere ao serviço militar dos estrangeiros, em caso de guerra." O Decreto-Lei n° 389, de 25/04/1938, ao regular a nacionalidade brasileira, no artigo 2°, letra b, declara que perde a nacionalidade o brasileiro que, sem licença do Presidente da República, aceitar comissão ou emprego remunerado de governo estrangeiro, como tal CONSIDERADA A PRESTAÇÃO VOLUNTÁRIA DE SERVIÇO MILITAR, e se quiser readquiri-la, só o conseguirá por meio de naturalização expressa, o que reafirmou no Decretor-Lei n° 1317, de 2 de junho de 1939, ao dar nova redação ao mesmo artigo 2° do Decreto-lei citado (n° 389/38.)

Por sua vez, o Decreto-lei n° 1202, de 8-4-1939 ao restringir o exercício de função ou cargo público ou emprego dos Estados, ou Municípios, ou de entidades por eles criadas ou mantidas, ou de cuja manutenção sejam responsáveis, dada a existência, à época, de numerosos estrangeiros em tal situação, considerada irregular, obrigou-os à naturalização (artigo 40 § 2°), e o Decreto-lei n° 1801, de 23-11-1939, exigiu-lhes a quitação do serviço militar no Brasil, devendo apresentar certificado de 2ª categoria os que tivessem menos de trinta e cinco anos ou prova de haverem requerido o documento de quitação,

para os que tivessem mais de trinta a cinco anos da idade (artigo 1º, caput, alíneas a e b).

Os dias borrascosos que se precipitavam em 1939, levaram o Governo a providências que abrangeram inclusive a "adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros", instituindo, ainda, obrigatoriamente a instrução pré-militar nas escolas de ensino secundário e proibindo a saída, para o exterior, de menor de dezoito anos, desacompanhado de seus pais ou responsáveis, ou permanecer, no exterior, desde que seus pais ou responsáveis voltem ao país (Decreto-Lei n° 1545, de 25/08/39, artigos 1º, 10 o 13) visando à formação "de uma consciência comum", mas, precavendo-se com os apelos dos países europeus que, pelo jus sanguinis, consideram seus cidadãos os filhos de pais estrangeiros.

31. A legislação atual não refoge à obrigatoriedade do Serviço Militar exigida dos brasileiros naturalizados ou por opção (Lei n° 4.375, de 17 de agosto de 1964, ficando a ele obrigados, o partir da data em que receberam o certificado de naturalização ou da assinatura do termo de opção (artigo 5º, § 2º do Decreto n° 57.654, de 20 de janeiro de 1966) e, conseqüentemente, também, ao alistamento (§ 1º do artigo 41 e n° 1 do artigo 43, idem) à seleção (parágrafo 3º do artigo 49, idem), à incorporação (n° 4 do artigo 82 e n° 3 do artigo 83, idem).

XV - ESTATUTO DO ESTRANGEIRO

32. O Decreto-Lei n° 941, de 13 de outubro de 1929, que definiu a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, comumente, conhecido como o Estatuto do estrangeiro, declara no artigo 118:

"É especialmente vedado ao estrangeiro QUALQUER QUE SEJA A SUA SITUAÇÃO NO BRASIL:

I-

II- Ser proprietário de empresas jornalísticas, políticas ou simplesmente noticiosas, e de empresa de televisão e de radiodifusão, ou acionista de sociedade anônima, proprietária dessas empresas;

III- Ser responsável OU ORIENTADOR INTELECTUAL OU ADMINISTRATIVO DAS EMPRESAS mencionadas no item anterior;

.....

XI- Prestar assistência religiosa às forças armadas e auxiliares e também nos estabelecimentos de internação coletiva".

No concernente à naturalização, dizem os artigos 137 e 139:

"Art. 137:- A naturalização, salvo a hipótese do art. 128 (estrangeiro que, admitido até idade de 5 anos, requerer expedição de certificado provisório de naturalização, e confirmada a intenção de continuar brasileiro), só produzirá efeitos após a entrega da certidão, na forma dos arts. 132 e 133 (modus faciendi e requisitos), e confere ao naturalizando o gozo de todos os direitos civis e políticos, EXCETUADOS OS QUE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATRIBUI EXCLUSIVAMENTE A BRASILEIROS NATOS.

.....
Art. 139. - A naturalização não isenta o naturalizando das obrigações de caráter civil ou penal a que estava anteriormente sujeito perante o seu país de origem".

A aquisição da nacionalidade brasileira pela naturalização não está isenta de restrições decorrentes do texto constitucional aplicável à matéria.

XVI- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

33. Da Emenda Constitucional n° 1, de 17 de outubro de 1969, são pertinentes: Artigos 8°, XVII, o; 52, parágrafo único, II; 145, I, a,b,c, II, a,b, 1,2,3, Parágrafo único; 146, I, II, III e parágrafo único; 147, §§ 1° e 3°, a,b,c,; 153, §§ 1°, 2°, 5°, 6°, 7°, 19, 23, 26, 33, 34; 156, XII; 173, §§ 1° e 2°; 174, I, III, § 1°; 176, caput e 199.

Dos incisos destacam-se:

Art. 145-

.....
Parágrafo único - SÃO PRIVATIVOS DE BRASILEIRO NATO os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Ministro de Estado, Ministro do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal Militar, do Tribunal Superior Eleitoral, do Tribunal Superior do Trabalho, do Tribunal Federal de Recursos, do Tribunal de Contas da União, Procurador-Geral da República, Senador, Deputado Federal, Governador da Distrito Federal, Governador e Vice-Gover-

nador e de Território e seus substitutos, os de Embaixador e os dos carreiros de Diplomata, de Oficial do Marinho, do Exército e da Aeronáutica. Art. 174.-

.....
§ 1º.- A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa das empresas mencionadas neste artigo (empresas jornalísticos, de qualquer espécie, inclusive de televisão e de radiodifusão) CABERÃO SOMENTE A BRASILEIROS NATOS. Art. 176.-

A EDUCAÇÃO, INSPIRADA NO PRINCÍPIO DA UNIDADE NACIONAL e nos ideais de liberdade e solidariedade humana, é direito de todos e dever do Estado , e será dada no lar e na escola.

Art. 199.-

Respeitado o disposto no parágrafo único do art. 145 (cargos privativos de brasileiro nato), as pessoas naturais de nacionalidade portuguesa não sofrerão qualquer restrição em virtude da condição de nascimento, se admitida a reciprocidade em favor de brasileiros.

34.- A aquisição de nacionalidade não se confunde com a nacionalidade plena. Nem confere a quem a obtém, por consentimento ou manifestação voluntária na forma da lei, o gozo total de direitos inerentes próprios dos cidadãos da Pátria adotada. Inexiste a universalização de direitos, já que as nações reservam aos nascidos em seu território direitos amplos, sem outras restrições que as consignadas nas respectivas Declarações de Direitos, distinguindo entre natos e naturalizados.

Quem adquire nacionalidade participa do povo, porém lhe não é atribuído o exercício de todo o poder que emana do povo. Assim, quanto à representatividade, ainda que possua direitos políticos por serem alistáveis e elegíveis, são abrangidos pelos casos de inelegibilidade do parágrafo único do artigo 145 da Constituição Federal em contraste com os brasileiros natos.

Também é limitado, e vedado mesmo, o acesso a cargos que não decorrem do exercício de direitos políticos, embora se condicionem ao gozo dos mesmos, o da participação plena em órgãos do Poder Judiciário (arts. 145, parágrafo único, 112, I a V, 72 o §§, e a outros de representação externa e de carreira, como as do Embaixador, diplomatas e Oficiais dos Forças Armados.

35. Verificam-se as restrições em área dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Vinculados à esfera federal, estendendo-se, contudo, a Governadores, Vice-Governadores de Estados. Pela peculiaridade privativa definida no parágrafo único do artigo 145, nenhum naturalizado poderá, igualmente, ser membro do Conselho de Segurança Nacional (art. 87).

A elegibilidade e exercício de cargos no Executivo, Legislativo e Judiciário circunscrevem-se à perimetração estadual, dentro do território do Estado e subordinação a este. Prestam serviço militar, mas nele não podem fazer carreira, ficando pelas condições de praça e graduações, sem ingresso no oficialato ativo.

A aquisição da nacionalidade, seja pela nacionalização outorgada seja pela naturalização, não constitui fórmula absoluta, total e perfeita de cidadania completa ou integral quer pela carência da plenitude do gozo dos direitos civis e políticos correspondentes aos nascidos no País quer pela reversibilidade, pois o naturalizado está sujeito ao cancelamento da naturalização, em virtude de sentença judicial, em face do exercício de atividade contrária ao interesse nacional. (art. 146. III).

XVI- ENSINO DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA E O NATURALIZADO

36. Instituída, obrigatoriamente, a Educação Moral e Cívica, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino do País (artigos 1° do Decreto-Lei n° 869, de 12 de setembro de 1969, e 2° do Decreto Federal n° 68.865, de 14 de janeiro de 1971), visou à formação do caráter DO BRASILEIRO e ao seu preparo para o PERFEITO EXERCÍCIO DA CIDADANIA DEMOCRÁTICA, com o fortalecimento DOS VALORES DA NACIONALIDADE (artigo 2° do Decreto 68.065/71, in fine), apoiando-se em finalidades, dentre as quais realçam-se:

defesa do princípio democrático;
preservação, fortalecimento e projeção dos valores espirituais e ÉTICOS DA NACIONALIDADE;
fortalecimento do UNIDADE NACIONAL;
CULTO À PÁTRIA, AOS SEUS SÍMBOLOS, TRADIÇÕES, INSTITUIÇÕES E AOS GRANDES VULTOS DE SUA HISTÓRIA;
COMPREENSÃO DOS DIREITOS E DEVERES DOS BRASILEIROS E CONHECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO SÓCIO-POLÍTICO-ECONÔMICA DO PAÍS;

PREPARO DO CIDADÃO PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES CÍVICAS com fundamento na moral, NO PATRIOTISMO e na ação construtiva, visando ao bem comum (artigos.2° e alíneas do Decreto-Lei n° 869/69, e 3° do Decreto 68.065/69 e alíneas). Ao fixar linha "filosófica" para o ensino de Educação Moral e Cívica, salientou o Parecer 94/71- C.F.E. : "O chão do mundo de cada homem é sua Pátria. E uma Pátria é, em última análise, uma personalidade moral.

Ela tem um corpo e uma alma. Ela é um território, um povo, uma língua (ou mais de uma), uma religião (ou mais de uma), uma tradição espiritual portada pela História."

"O homem, cidadão do mundo, É, ENTRETANTO, FILHO DE UM PAÍS.

Sua Nação é esta espécie de "família amplificada", a que ELE DEVERÁ, PRIMEIRO, SEU AMOR, SUA LEALDADE, SUA VIDA".

"UMA DAS TENTAÇÕES DA EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA, na sua história internacional, FOI A DA NEUTRALIDADE. Ao professor caberia APENAS APRESENTAR AOS ALUNOS AS VÁRIAS POSSIBILIDADES DE OPÇÃO. Diante de múltiplas alternativas, o aluno escolheria, por si mesmo e sem alheias influências, a estrada de seus passos.

ESTA VERTIGEM DE UM CULTO HIPERBÓLICO E DISTORCIDO À LIBERDADE, a que alguns países pagaram seu tributo, ENCONTRA-SE HOJE ULTRAPASSADO".

"...NA TAREFA EDUCACIONAL, NENHUMA NAÇÃO PODE RENUNCIAR A PRETENDER FORMAR AS NOVAS GERAÇÕES NA LINHA DE SUAS ASPIRAÇÕES, SUAS IDÉIAS E SEUS IDEAIS."

"A EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA NO BRASIL, portanto, inspirada nas grandes linhas da CONSTITUIÇÃO NACIONAL, TERÁ COMO OBJETIVO A FORMAÇÃO DE CIDADÃOS CONSCIENTES, SOLIDÁRIOS, RESPONSÁVEIS E LIVRES, CHAMADOS A PARTICIPAR NO IMENSO ESFORÇO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL QUE NOSSA PÁTRIA EMPREENDE, ATUALMENTE, PARA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA, QUE REALIZA SEU PRÓPRIO PROGRESSO, MEDIANTE O CRESCIMENTO HUMANO, MORAL, ECONÔMICO E CULTURAL DAS PESSOAS QUE A COMPÕEM".

É oportuna a transcrição do que diz o mesmo Parecer a respeito do Professor de Educação Moral e Cívica, no que interessa ao presente trabalho, alertando-se a significação do texto pelos realces dados:

"O QUE, NO ANTIGO TESTAMENTO, NO LIVRO DOS SALMOS, O SALMISTA diz a Deus, num gesto de abandono e de confiança: "NAS TUAS MÃOS ESTÁ A MINHA SORTE", A EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA PODERIA DIZER ÀQUELE QUE VAI ENSINÁ-LA".

"DE QUALQUER FORMA, SERÁ NECESSÁRIO QUE, PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E PARA O ENSINO MÉDIO, MAIS DO QUE EM QUALQUER OUTRA OPORTUNIDADE, O PROFESSOR DESIGNADO PARA MINISTRAR EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA SEJA UM MESTRE RECONHECIDO PELOS ALUNOS COMO UM PADRÃO DE DIGNIDADE E COMPETÊNCIA."

"...OS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA E OS COORDENADORES E DOCENTES DO ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS TERÃO SEMPRE, DIANTE DOS OLHOS DO ESPÍRITO, O OBJETIVO VISADO POR ESTA GRANDE PREOCUPAÇÃO ATUAL DE TODA A NAÇÃO: A FORMAÇÃO DAS CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS, PARA SEREM CIDADÃOS LIVRES RESPONSÁVEIS E SOLIDÁRIOS."

"... OS PROFESSORES empregarão métodos dinâmicos de educação, fazendo apelo permanente ao interesse e a iniciativa dos alunos, e fomentando o SURGIMENTO NELES de um espírito crítico baseado no bom senso, E O NASCIMENTO DE UM IDEAL DE PARTICIPAÇÃO NO ESFORÇO ATUAL DO BRASIL, EM BUSCA DE SEU DESENVOLVIMENTO E DE SUA REALIZAÇÃO DE NAÇÃO SOBERANA".

Os chamados objetivos comportamentais, enfoques e conteúdos programáticos que o dito Parecer 94/71 estabeleceu para o ensino de Educação Moral e Cívica são de tal natureza que exigem, além do conhecimento, acendrada sensibilidade cívica, profunda compreensão patriótica e perfeita integração nacional de virtudes, peculiaridades ou características que só podem ser encontradas nos bons brasileiros natos e, por exceção, em alguns naturalizados, que, na verdade, desnaturalaram-se em relação à pátria de origem... quando nela cresceram e viveram e só após o maioridade fizeram sua opção, porque, os que desde criança, nascidos no estrangeiro, foram admitidos no País que erigiram em nova Pátria, esmaeceu a imagem do berço natal. Todavia, se o texto constitucional distingue-os (Artigo 145, II, I) e aos que fizeram curso superior em estabelecimento nacional, residindo no País

antes de atingir o maioridade (idem, II, b,2), a qualificação de naturalizado nivela-os.

Não foi sem razão, portanto, que a legislação brasileira já abrigou preceito restritivo em relação ao ensino de geografia e história do Brasil, como se lê no artigo 7° do Decreto- Lei n° 8.777, de 22 de janeiro de 1946:

"Art. 7°- SOMENTE OS BRASILEIROS NATOS PODERÃO LECIONAR PORTUGUÊS, GEOGRAFIA DO BRASIL E HISTÓRIA, SENDO, TODAVIA, PERMITIDO A PROFESSORES DE NACIONALIDADE PORTUGUESA, NATURALIZADOS, REGISTRAR-SE PARA O ENSINO DA LÍNGUA NACIONAL".

Admitia o legislador que a integração cívica estava condicionada à força telúrica do nativismo. Apenas o nativo reunia condições suficientes para sentir as coisas pátrias e comunicá-las em termos de compreensão patriótica porque no ensino não basta conhecê-los pela informação e formação mas delas possuir um sentimento capaz de motivar as gerações novas. Se no plano ideal, o homem é um "ser -no-mundo", na vivência, ele o é na família, na comunidade, na Pátria, isto é, no sua família, na sua comunidade, na sua Pátria, sempre desdobramentos da célula básica- a família, e deve ser e estar preparado para amá-la, defendê-la e empenhar-se pela sua prosperidade. Não se trata de radicalismo chauvinista o exigir do professor sensibilidade e entusiasmo cívicos, porém, sim, de nele encontrar consciência evangélica e construtiva empenhada na missão de preservar as tradições pátrias, enriquecê-las e, pelo seu trabalho missionário, colaborar e levar seus alunos a colaborar no permanente progresso de sua Pátria. Só se perpetuaram os povos que se voltaram para si mesmos, definindo seus próprios contornos espirituais, com o que construíram a própria sociedade humana.

Confundir os povos na universalidade da comunidade humana através da ilusório ficção de uma mesma alma e um mesmo caráter é negar as diferenças entre eles existentes e que, paradoxalmente, asseguram o equilíbrio ao mundo. O cidadão se é o indivíduo com a consciência da espécie humana e, por isso, também educado para o relacionamento universal e a comunhão fraterno capaz de assegurarem concórdia e tranqüilidade, não deixo de ser o filho de uma Pátria, cuja segurança, continuidade e prosperidade nele repousam, dele depende e com ele con-ta.

XVI - REGISTRO DE PROFESSOR

37. Mencionou-se a restrição oferecida pelo artigo 7° do Decreto-Lei n° 8.777/46, vedando o ensino de Geografia do Brasil e História do Brasil, mutatis mutandis, à época, no plano de equivalência de Educação Moral e Cívica quanto as implicações, a professores que não fossem brasileiros natos. Pois, com o advento da Lei de Diretrizes e Bases do Educação Nacional (Lei n° 4.024, de 20 de dezembro de 1961), mantiveram-se os requisitos do referido diploma legal (Decreto-Lei 8.777/46), conforme os PARECERES C.F.E.

n° 195/63, aprovado em 30/07/63 (Documenta n° 17/18, pág. 41): "... resta a indagação jurídica de saber se os registros de professores do ensino médio podem , ainda agora, na vigência da LDB continuar sendo feitos com fundamento nos demais requisitos do Decreto-Lei n° 8.777, de 22-01-46 que dispõe sobre o registro definitivo de professores de ensino secundário. ENTENDEMOS QUE SIM. A LDB não visou a disciplinar matérias como essa que regula o registro de professores. É verdade que, nos seus arts. 59 e 117 traçou regras a esse tocante que, todavia, hão de ser entendidas como simples diretrizes de caráter permanente. Não desceu a uma regulamentação do assunto e, por isso, não se há de proclamar que exauriu essa matéria."

Posteriormente, embora regulasse registro de professor ou sobre ele se pronunciasse, não houve alusão ao preceito restritivo (Pareceres n° 265/63, aprovado em 09/08/63, Documenta n° 17/18, pág. 131, 15/64, aprovado em 30/01/64, Documenta n° 23, pág. 40; 845/65", e Portaria Ministerial n° 341, de 1/12/65).

A Lei n° 5692, de 11 de agosto de 1971, que fixou Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2° graus, não cuidou especificamente do assunto, pois sua maior preocupação, no que tange a professores, orientadores, etc., voltou-se para a formação e habilitação profissional, revogando, todavia, leis gerais e especiais que regulassem em contrário ou de forma diversa a matéria contida na citada Lei e, expressamente, artigos, que menciona, da Lei n° 4.024/61 nenhum deles direta ou indiretamente relacionados com a restrição do artigo 7° do Decreto-Lei n° 8.777/46,

Determinou, contudo, a existência de núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, para os currículos de 1°

e 2° graus, em que foram incluídos Geografia, História e Organização Social e Política do Brasil, dando-se ênfase ao conhecimento do Brasil, na perspectiva atual do seu desenvolvimento, exigindo, também, Educação moral e Cívica, por força do Decreto-Lei n° 869/69 e artigo 7° da própria Lei n° 5692/71 (artigos 4°, caput, e 7° da Lei n° 5692/71; artigos 1°, § 1°, letra b, § 3° da Resolução de 12 de novembro do 1971.

PRESSUPÕE-SE, salvo melhor entendimento, não haver sido revogada a restrição do artigo 7° do Decreto -Lei n° 8.777/46 e, analogicamente, extensiva ao ensino de Educação Moral e Cívica e organização Social e Política do Brasil.

XVII- RESPONSABILIDADE NACIONAL

38. Em sua fase atual de desenvolvimento e da diminuição de distâncias, inter-relacionamento e interdependência , vai-se esmaecendo a velha imagem da multiplicidade de Brasis e fortalecendo-se a tradicional de um pois um e único com as diferenças resultantes das peculiaridades regionais ou locais que existem em todos os quadros, sejam no País, nos Estados , nas cidades ou nos bairros, reclamando leis de caráter geral flexíveis para, através de regulamentação específica adequarem as soluções aos problemas político-sócio-econômico-culturais-educacionais de cada área. Grande e notável lição ofereceu o passado quando maior era o risco do fracionamento, fazendo do Brasil um todo pelo seu povo, por sua língua e por sua fé. O aldeamento heterogêneo e a diversa geografia, que poderiam encontrar as condições de povoamento fatores de ruptura da unidade político-administrativa legaram ao presente a Nação unida, vinda de um império unido, graças a José Bonifácio e ao Príncipe D. Pedro, fazendo da antiga Colônia "peça inteiriça de arquitetura política", alicerçada na reciprocidade dos interesses econômicos e na base comum da cultura, da língua e da religião.

O próprio federalismo vem cedendo terreno ao tradicional unitarismo, sem prejuízo dos aspirações políticas e dos motivos econômicos regionais. Um novo bandeirismo apresenta-se, através dos investimentos em áreas menos favorecidas, pelas que possuem maiores e melhores recursos.

Os princípios da organicidade e medidas de estímulo, coordenação e controle vinculam as unidades federadas vinculadas entre si por uma fraternidade nacional indestrutível, assegurada pela mentalidade comum do povo o plasticidade de ajustamento à diversidade de condições. Há senso e consenso nacionais que devem ser resguardados de volubilidades e interesses desarmônicos.

39- Possui o Brasil seu modelo próprio, proveniente das suas origens, um modelo que não deverá ser desfigurado pelos gerações novos. Uma das grandes forças de sua conservação e melhoria está no bom ensino da Educação Moral e Cívica que, após árdua e longa luta, foi meritoriamente, incluída no curriculum escolar. Força e instrumento que se pretendia deixar ao "calor afetivo das relações de pessoa a pessoa e à in-fluência "dos ideais vividos em comunidade", e considerada como "formação de hábitos de natureza ética", diminuir o valor da "aquisição de conhecimentos através de aulas" (Parecer n° 117/64 - C.F.E., aprovado em 30/04/64, Documenta n° 26 pág. 15). Fugia-se, assim, à utilização de MAIS UM RECURSO útil à formação do futuro cidadão, agravando-se, como agravado ficou desde 1930, o "desconhecimento e a indiferença pelos valores da cultura brasileira e pelas instituições vigentes" (Parecer n° 126/64, aprovado em 05/06/64, Documenta n° 27, pág. 72), não se exagerando que a essa situação se pode dever o desvio de tantos jovens, explorados ideologicamente. Diluiu-se a idéia de Pátria pela fragmentação da História do Brasil, caudatária da História Geral, e que, na prática, era posta em posição "acessória", motivando, vezes ou outras, redifinições oportunas e necessárias (exemplo Portaria n° 966, de 02/10/51).

Esvaziou-se de sentido a injunção: Right, or wrong, my country (com razão ou sem ela, é minha Pátria). Foi, graças à Educação Moral e Cívica que se retornou ao culto à Bandeira, ao cântico do Hino Nacional, à compreensão da ordem democrática e à criação de ambiente cívico propício ao brilho das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil e das comemorações das datas do calendário nacional. Reiniciou-se, com as pequenas pedras da oblação da juventude, a re-construção do edifício de amor ao Brasil que deve ser cultivado e respeitado.

40. Em seu famoso "Farewell Address", o "Discurso da Despedida, testamento político de Washington, o grande patriota advertia:

"Ao passo que cada região do nosso país sente assim um interesse particular e imediato na união, todas as partes combinadas não podem deixar de encontrar, no conjunto unido dos esforços e recursos, maior força, mais elementos, PROPORCIONALMENTE MAIOR SEGURANÇA CONTRA PERIGOS EXTERNOS, MENOS FREQUENTE INTERRUPTÃO DE SUA PAZ POR PARTE DAS NAÇÕES ESTRANGEIRAS, E TAMBÉM, O QUE É DE VALOR INESTIMÁVEL, RESULTA

DESSA UNIÃO O LIBERTAREM-SE DOS CONFLITOS E GUERRAS QUE TERIAM ENTRE SI MESMAS, os quais tão freqüente-mente ocorrem entre países convizinhos, não fundidos sob o mesmo governo, CONFLITOS E GUERRAS QUE SUAS PRÓPRIAS RIVALIDADES BASTARIAM PARA PRODUZIR E QUE ALIANÇAS DIVERSAS DE CADA UMA COM NAÇÕES ESTRANHAS FACILITARIAM E ENVENENARIAM, COM A UNIÃO, IGUAL-MENTE, OS DIFERENTES ESTADOS EVITARÃO A NECESSIDADE DE ARMAMENTOS E EXÉRCITOS EXCESSIVOS, OS QUAIS, NÃO SÃO PROPÍCIOS A LIBERDADE, E QUE DEVEM SER CONSIDERADOS COMO PARTICULARMENTE INFENSOS À LIBERDADE REPUBLICANA. Nesse sentido é que a vossa unidade nacional deve ser considerada como o baluarte máximo de vossa liberdade, de forma que o amor desta deve encarecer a preservação daquela." E o notável orador Daniel Webster, no discurso "The Bunker Hill

Monument":

"Eu não me permiti, senhores, encarar a dissolução da União e considerar o que ESTARIA OCULTO ATRÁS DESSE ESCURO RECESSO.

Não refleti friamente os azares de preservar a liberdade, quando os laços que nos unem se partirem. Não me posso afazer a considerar o precipício da desunião para sondar, com a minha curta visão o abismo a que ela nos atiraria; nem poderia eu considerar como bom conselheiro em matéria governamental ESSES CUJOS PENSAMENTOS SE INCLINASSEM A PONDERAR, NÃO COMO A UNIÃO SERIA PRESERVADA, MAS SE SERIA TOLERÁVEL A CONDIÇÃO DO POVO, QUEBRADA E DISSOLVIDA ESSA UNIÃO NACIONAL."

Os Estados Unidos pagaram alto preço por não tomarem tento na advertência de Washington ao sobreporem interesses particulares à própria existência da União. Salvou-a Lincoln, a quem H.W. Elson, assim se refere:

"... suas razoes para salvar a União eram muito mais altas que as da maior parte dos americanos. Muitos cidadãos do Norte tomaram armas em 1861, porque desejavam a União a não a queriam ver desfeita. Lincoln compreendeu o problema no mais largo sentido. Ele que o princípio da democracia, do governo do povo pelo povo, estava em jogo, que o bom estar de toda a "família humana" estava interessado no questão. Estes dois grandes fins não teriam podido ser realizados por Lincoln sem o auxílio da Nação poderosa e

devotada; milhões de homens têm o direito de compartilhar a honra dessa vitória. Mas como era ele que estava no leme no momento em que o navio passou entre os escolhos, como foi seu gênio que o guiou, o mais elementar justiça manda atribuir-lhe a glória principal de ter triunfado da tempestade." E os Estados Unidos consolidaram a sua unidade, dentro de uma confederação, coercitivamente, quer pelas circunstâncias internas que fortaleceram o espírito de unidade nacional quer pelas externas que o levaram a tomar posição com a colaboração de todos os Estados confederados.

O Brasil, felizmente, fez-se nacional, harmônica e tranqüilamente, fortalecendo sua unidade com o lastro de quase cinco séculos de história, com uma língua que resistiu às influências alienígenas, sem se corromper e sem abastardar-se, com uma alma que se não desfigurou, com costumes maiores identificáveis em qualquer área e com uma legislação adequada e prudente. E evoluiu para a sua unidade definitiva.

Não se há-de ter ilusões quanto ao comportamento dos povos que, como os homens se desentenderão através dos séculos, ainda que se envidem esforços honestos, sinceros e permanentes visando à fraternidade na particularidade e na universidade humana. Nações fortes sobrevivem e lideram. São mundos dentro do mundo. O Brasil está no bom caminho: pelo aumento de população, pelo desenvolvimento, pela riqueza, enfim, humana e material, servido por um território-base que o robustece fisicamente, em sua infragmentabilidade e indestrutibilidade abre horizontes ilimitados num crescente progresso que lhe garantirá em breve papel de potência em nível com as máximas do mundo.

41. A Educação Moral e Cívica veio na ocasião oportuna. Os maus brasileiros - eles existem como lacunas, pois até o sol tem manchas, - os suspeitos de todos os gêneros, os comprometidos, os inocentes úteis, e os falhos de visão e, mesmo alguns por acreditarem que o "problema é complexo" e não pode ser reduzido à solução "exclusivamente" na escola - e não é esse o sentido da implantação porque não repele a ação benéfica e necessária "de todo o conjunto de fatores educativos, quer na escola quer fora dela"-, todos, enfim, poderão tentar desmoralizá-la, opor-se-lhe, minimizá-la, ou apontar-lhe deficiências, etc.

Daí a responsabilidade "nacional" do professor de Educação Moral e Cívica não porque lhe caiba como os demais zelar pela educação, inspirada no princípio da unidade nacional, mas

por sua tarefa ir além, sendo, como é, motivador do espírito nacional nas gerações jovens, vitalizador do interesse pelas coisas pátrias, integrador da consciência cívica.

Esse o embasamento do artigo 7° do Decreto-Lei n° 8.777/46 abrangendo disciplinas então tidas como instrumentos cívicos, o que se estendeu, por analogia, à Educação Moral e Cívica.

Argumentou-se que, expressamente, não houve revogação do preceito. Mas, poderia contraditar-se a assertiva com a referência ao texto constitucional de 1969, que não a consignou. É claro que não o poderia fazer. Constituição não é catálogo. Entretanto, se a Constituição de 1969, em seu parágrafo único do artigo 145, apresenta a série de restrições aos naturalizados, vedando-lhes o ingresso em cargos de carreiras de representação nacional ou de instituições nacionais essenciais à execução da política de segurança nacional e destinadas à defesa da Pátria e a garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem, parece que, no caso especialíssimo de um professor de Educação Moral e Cívica cabe e se impõe o restrição, em providência que há-de resultar de órgãos nacionais como o Conselho Federal de Educação e a Comissão Nacional de Moral e Civismo. E providências que não hão de ficar apenas pela proibição do magistério específico, mas abrangendo, inclusive, a formação específico de professores para o ensino de tal matéria, por professores ou candidatos ao magistério que não sejam brasileiros natos. É medida a se tomar com o maior urgência, se prevalecer o espírito da proibição em nome do segurança nacional e da integração cívica. Não é admissível que um cidadão sem direitos totais de cidadania possa concorrer, animosa e conscientemente, para a formação de crianças e jovens, fortalecidos pelo seiva do patriotismo, vendo no professor o exemplo de quem vive, sente, e exalta o berço natal, vibrando com/e por amor, e com intenso e verdadeiro amor.

XVIII - DIREITO A NACIONALIDADE

42. Observe-se, finalmente, que pela Declaração Universal dos Direitos do Homem das Nações Unidas, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, a 10 de dezembro de 1948.

"1.- Todo homem tem o direito o uma nacionalidade,
2.- Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade. "

O fato de possuir nacionalidade acarreta, para o indivíduo, direitos ou vantagens, assim como determinados restri-

ções previstas na Constituição Federal e legislação específica. O brasileira perde a nacionalidade que:

I- por naturalização voluntária, adquirir outra nacionalidade;

II- sem licença do Presidente da República, aceitar comissão, emprego ou pensão de governo estrangeiro; ou

III- em virtude de sentença judicial tiver cancelada a naturalização por exercer atividade contrária ao interesse nacional, e, ainda, "será anulada por decreto do Presidente da República a aquisição de nacionalidade obtida em fraude contra a lei (art. 146 e seu parágrafo único, Const. Fed. Emenda n° 1/69).

XIX- EXERCÍCIO POR ESTRANGEIRO

43. Ainda há pouco o problema do exercício de profissão por estrangeiro foi suscitado quando um Bacharel Italiano, mesmo formado no Brasil, não obteve inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, conforme pronunciamento negativo da OAB-SP e do Conselho Federal da OAB, já em grau de recurso, por não haver sido demonstrada a reciprocidade da lei do país de origem em relação a bacharéis brasileiros. Foi, no caso, aprovado parecer do jurista Conselheiro Clóvis Ramalhete ("Jornal do Advogado", OAB-Secção de S. Paulo, julho de 1976, págs. 6 e 11).

Dos argumentos do Prof. Ramalhete destacam-se:

a)-pela Comissão de Seleção da Secional fora exigida do interessado "ou a prova da reciprocidade da lei italiana ou a do início do processo de naturalização" sendo a petição indeferida pelo Conselho Secional de São Paulo "por falta de prova de reciprocidade, por lei da Itália, que conferisse aos brasileiros ali residentes o direito à profissão de Advocacia, com fundamento no art. 48, parágrafo único do Estatuto da OAB, embora o requerente estivesse providenciando o processo de naturalização;

b)- o recurso, no Conselho Federal, foi conhecido , mas teve negado provimento, pois, a lei oferecia ao peticionário a alternativa: "Ou bem no Brasil ele continua sendo estrangeiro e neste caso deve fazer prova de que o regime legal da Itália permite advocacia ali aos brasileiros" ou ele consegue a naturalização para adoção de nova Pátria, o que, até o momento, não lhe estava deferido.

E foi negada com o voto por este modo redigido :

"VOTO pelo conhecimento do recurso. Mas não o acolho. O requerente é estrangeiro; e no processo falta a comprovação por ele da reciprocidade da legislação. Ressalvo-lhe a inscrição após naturalização, atendidas as demais exigências; ou se por provada a reciprocidade pela Itália ao Brasil".

Mais, para a posse em cargo público, no Estado de São Paulo, são requisitos, na conformidade do art. 47 e seus números, da Lei n° 10.261, de 28 de outubro de 1968 ("Estatutos dos Funcionários Públicos Cívís do Estado de São Paulo") :

- I - ser brasileira;
- II - ter completado 18 (dezoito) anos de idade;
- III - estar em dia com as obrigações militares;
- IV - estar no gozo dos direitos políticos;
- V - ter boa conduta;
- VI - gozar de boa saúde, comprovada em inspeção realizada em órgão médico oficial;
- VII - possuir aptidão para o exercício do cargo e
- VIII - ter atendido às condições especiais prescritas para o cargo".

44. Inexiste dúvida que ao estrangeiro é vedado o exercício de cargo público, pois a ele podem ter acesso os brasileiros natos, atendidos os requisitos da lei, e, a seguir, os brasileiros naturalizados, cumpridos, igualmente, os requisitos da lei, e mais as restrições indicadas no parágrafo único do artigo 145 da Emenda Constitucional n° 1, de 1969. Quando, porém, da modalidade de contrato, há de se atender ao disposto na legislação trabalhista com os distinções que o mesma, também, fizer, e outros que venham a ocorrer em respeito aos interesses nacionais e à segurança do País, além do que couber relativamente a atendimento de interesses relacionados com exercício do profissão, conforme manifestação ulterior do DEM/MEC ao ser providenciado a revalidação do diploma.

XX - CONCLUSÕES

1. Os estudos realizados no Exterior por GIÓRGIA DI CA-TALDI podem ser considerados equivalentes aos de conclusão dos estudos de 2° Grau no Sistema Brasileiro de Ensino, para fins de prosseguimento de estudos, ouvido o CEE.

2. O pedido de revalidação do "Diploma di Abilitazione all'insegnamento nelle Scuole del Grado Preparatório", expedido pelo "Scuola Magistrale Suore Orsoline di Siracusa", propiciando a GIÓRGIA DI CATALDI exercer a profissão de professora de escola maternal e pré-primária, deverá ser submetido à apreciação do Ministério do Educação e Cultura, por intermédio do Departamento de Ensino médio, DEM-MEC, de acordo com o Parecer C.F.E. n° 542/76.

3. Para o exercício do magistério pré-escolar ou de 1° Grau, no Brasil, em escola oficial, por cidadão estrangeiro, ressalvado o instituto do reciprocidade enquanto viger acordo pertinente, entre nosso País e o Itália, ao qual inexistente menção no Processo, há impedimentos ou restrições constantes da Emenda Constitucional n° 1, de 17 de outubro de 1.969 (Constituição da República Federativa do Brasil) dos Estatutos Federal e Estadual dos Funcionários Cívís e da Legislação Trabalhista no que for aplicável, excetuada, todavia, a prestação de serviços regulada por contrato.

Comissão de Legislação e Normas, 2 de março de 1977

a) Cons. Alfredo Gomes - Relator

XXI - DECISÃO DA COMISSÃO

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS adota como seu parecer o Voto da Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Alfredo Gomes, Alpínolo Lopes Casali, Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães, Oswaldo Aranha Bandeira de Mello e Paulo Gomes Romeo.

Sala das Comissões, em 22 de junho de 1.977

a) Cons. Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães
- Presidente -